



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: CELSO GIANNAZI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 15/04/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Vamos dar início à nossa audiência pública, na Câmara Municipal de São Paulo. Um dia importante hoje.

Na qualidade de membro da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro abertos os trabalhos da Audiência Pública para tratar das Garantias do Direito à Educação das Pessoas com Deficiência na pandemia na perspectiva da Educação Inclusiva e os Direitos Correlatos.

Informo que essa reunião está sendo transmitida através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br no link Auditorios Online, auditório virtual.

Foram convidados para esta audiência a Secretaria Municipal de Educação que está representada, hoje, pela Sra. Minéa Paschoaleto Fratelli, Secretária Adjunta; a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, na pessoa da Secretária Dra. Berenice Maria Giannella; a Secretaria Municipal de Saúde, representada pela Dra. Sandra Maria Vieira Tristão de Almeida, do Setor de Reabilitação e também pela Dra. Athene Maria de Marco França Mauro, Coordenadora de Saúde da Criança. Está presente também a Sra. Paula Pavan Antonio, da área técnica de Saúde Mental

Convidada a Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e agradecemos a presença da Secretária Silvia Grecco e do Sr. Vinicius Alves Schaefer, Secretário Adjunto.

Contamos com a vinda da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, na pessoa da Dra. Renata Flores Tibiriçá; do Ministério Público do Estado de São Paulo, na pessoa do Dr. João Paulo Faustini e Silva, Promotor de Justiça do Geduc - Grupo de Atuação Especial de Educação.

Temos ainda a confirmação da presença do Sr. Willian Silva, da Abraça – Estadual Abraça, que é a Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas e também da Sra. Luciana Viegas, integrante da Abraça, membra da União Brasileira de Mulheres e articuladora do Movimento Vidas Negras com Deficiência Importam.

Devo destacar ainda a presença Deputado Estadual Carlos Giannazi, membro

titular da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

E ainda a importante presença de vários representantes do Conselho de Inclusão Escolar do nosso mandato na Câmara Municipal: Adriana Godoy, Maria Dias, Rosemary Vicari, Sandra Ramalho e Luciene Cavalcante da Silva, conselho que já tem dois anos de funcionamento na Casa. Agradeço a presença de todos.

Mencionamos ainda presentes as seguintes entidades: Sinesp, nas pessoas Christian Sznick, Diretor de Imprensa e Marcia Fonseca Simões.

Só um minuto para verificar se não esqueci ninguém, pois como é uma reunião virtual, pode ingressar mais alguém e, na verdade, gostaríamos de fazer uma audiência pública desse porte, com esse tema, um assunto tão relevante, de forma presencial. Mas, como não está sendo possível, é a maneira que encontramos para conversarmos a respeito das pautas, das políticas públicas.

Antes de começar os debates, gostaria de fazer alguns esclarecimentos sobre o que gerou esta audiência. Ela está sendo realizada em parceria com o Conselho de Inclusão Escolar que está montado dentro do nosso gabinete, na Câmara Municipal. É uma ação pioneira dentro da Câmara Municipal. Temos, nesse conselho, a participação de crianças com deficiência, de mães, de pais, de educadoras, todos trabalhando junto e discutindo as políticas públicas. Essa ideia da audiência pública vem justamente das reuniões desse conselho que é muito atuante no Legislativo.

Através do Conselho nós já apresentamos diversos projetos de leis, dos quais podemos falar um pouco depois, mas que são proposições importantes e criam, por exemplo, a licença paternidade de três meses para o Município de São Paulo, outra ação pioneira, pois não há nenhum outro município no Brasil que tenha licença paternidade para servidores que possuam filhos, adotivos ou biológicos, filhos com deficiência principalmente.

Essa pauta foi discutida no Conselho de Inclusão Escolar e tornou-se um projeto de lei, aprovado e encaminhado à Prefeitura e hoje é lei na cidade de São Paulo.

O auxílio emergencial com um valor diferenciado para as famílias que possuam

pessoas com deficiência foi tratado igualmente dentro do Conselho de Inclusão Escolar, tornou-se outro projeto, aprovado no ano passado.

Ressalto ainda que o Conselho tem participação efetiva dentre tantos projetos também o de vacinação especial para pessoas com deficiência, e também da participação na política pública do TEA – Transtorno do Espectro Autista, que nós, do Conselho, fizemos um grande debate com a Secretaria da Pessoa com Deficiência, mas, infelizmente, e isso eu tive oportunidade de falar com a Secretária Sra. Silvia, no ano passado, o projeto foi aprovado mas desconfigurado da ação concretizada pelo Conselho de Inclusão. Mas estamos prontos para rediscutir o projeto, rediscutir uma política pública para pessoas com essa deficiência, do Transtorno do Espectro Autista.

O que temos discutido muito é a necessidade de termos justamente políticas interssetoriais implementadas, o que significa dizer que, desde sua elaboração, desde sua tomada de decisão, até sua execução, passando pelo planejamento, as políticas precisam ter como principal norteador exatamente a interssetorialidade, como mecanismo de transparência de gestão de políticas públicas.

Vale dizer que na pandemia, essas desigualdades se aprofundaram e, em especial, para a população com deficiência e seus respectivos familiares.

Então, para garantir os direitos à Educação que, sobretudo, agora, nessa pandemia – lembrem que antes da pandemia já havia essas necessidades -, se acentuou essa necessidade, a qual prescinde de políticas interssetoriais, repito, para que esses direitos sejam alcançados. É justamente o tema de nossa audiência aqui, no dia de hoje.

Por isso, agradeço mais uma vez a presença de todas e todos, inclusive dos Parlamentares Vereadora Sonaira Fernandes, Vereador Eli Corrêa, e os demais, com certeza, que podem não estar aparecendo na tela, bem como às autoridades, e que estas possam entender o que estamos discutindo, o que está sendo exposto.

Gostaria, por isso, de que ouçamos os integrantes do Conselho de Inclusão da Câmara Municipal. Peço até que aproveitem as inscrições, aqui ao lado, já abertas, para

poderem se pronunciar. Tão logo damos a palavra às autoridades. É importante que todos se manifestem e, por isso, vamos limitar o tempo em torno de três a cinco minutos para que todos tenham oportunidade de falar.

(NÃO IDENTIFICADO) – Celso, acho que o Secretário Adjunto está com algum problema, não sei se o intérprete caiu.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Secretária Silvia?

A SRA. SILVIA GRECCO – Estamos aqui. Os intérpretes também. Estão todos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Algum problema, Secretário Vinicius?

(NÃO IDENTIFICADO) – Na verdade, houve uma troca de intérpretes, e vamos acompanhar para ver quem são. E, continuamos acompanhando naturalmente, assim como os demais ouvintes e seguidores com deficiência auditiva.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Podemos seguir, então?

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY – Olá, Vereador Eduardo Suplicy presente.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado pela presença Vereador Eduardo Suplicy.

Gostaria de passar a palavra ao Conselho de Inclusão, por favor, Adriana Godoy.

(NÃO IDENTIFICADO) - Caiu? Microfone talvez. (Pausa)

Precisa ver se ela está no computador ou no celular. No computador, precisa acessar o alto-falante. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Adriana, eu vou passando para outra pessoa do Conselho. (Pausa)

Eu vou passar a palavra para a Sra. Sandra Ramalho e depois eu volto a chamar a Adriana.

Tem a palavra a Sandra.

A SRA. SANDRA RAMALHO – Boa tarde a todos. Eu gostaria de me

apresentar, pois, apesar de muitos já me conhecerem há muito tempo, das brigas e lutas, outros muitos ainda não me conhecem. Meu nome é Sandra Ramalhoso, eu sou uma pessoa de pele clara, cabelos grisalhos, estou de óculos de contorno preto, sou coordenadora da Pastoral da Pessoa com Deficiência e participante, conselheira do Conselho de Inclusão da Câmara Municipal, idealizado pelo Vereador Celso Giannazi. Eu venho trazer minha experiência, porque sou vítima da pólio, portanto, uma pessoa com deficiência que sentiu toda a dificuldade na inclusão, principalmente na educação, tema que está sendo tratado aqui hoje.

Eu sempre estudei em escolas estaduais, sem nenhuma acessibilidade específica para as pessoas com deficiência. Eu tenho certa idade, 57 anos, e, naquela época, não se falava sobre inclusão, as pessoas apenas eram colocadas naquele meio social conforme sua adaptação a ele e não a adaptação do meio conforme as necessidades das pessoas com deficiência.

Passei por muitos percalços, sem a possibilidade, por exemplo, de ir ao banheiro durante todo o período de aula. Era muito difícil, pois eu já tinha uma dificuldade de locomoção e chegou num período em que os alunos se deslocavam enquanto os professores ficavam fixos nas salas de aula. Conseqüentemente, eu sempre perdia momentos de aula, sempre me atrasava, o que também incomodava os professores, porque eu acabava chegando depois e atrapalhava momentos da aula. O ensino também não era adaptado, pois eu tenho um problema motor nas mãos. Por exemplo, na aula de Desenho Geométrico, a minha mão começava a suar, o material ficava tudo borrado e, por vezes, os professores me deram zero porque eu não conseguia entregar um trabalho digno. Até que um dia o professor se sentou ao meu lado, me observou enquanto eu fazia um trabalho e percebeu toda a dificuldade que eu tinha, compreendendo as minhas necessidades. Isso sempre foi algo com o qual eu fui lidando à minha maneira, tentando me adaptar, tendo a escola como meu primeiro meio social.

A escola é imprescindível no sentido de promover a inserção social, pois é a primeira inserção social de qualquer criança, de qualquer ser humano, e é por isso que é muito importante que ela aconteça, pois é assim que a criança vai se adaptar à sociedade, que, no

futuro, tem que ser inclusiva, inclusive no trabalho e nas relações sociais. A escola tem que ser o primeiro ambiente acessível a todas as crianças, que não vai ter uma sociedade exclusiva, pois nenhum ser humano vive numa sociedade exclusiva. Não é porque eu sou cadeirante que eu convivi, quando adulta, apenas com outras pessoas cadeirantes. Não é normal que a escola seja exclusiva, especial; ela tem que ser uma escola que prepare as pessoas para conviver com todas as outras normalmente. A segregação, portanto, não pode nem deve começar na escola, que tem que prover de estrutura esses alunos, para que, no futuro, eles possam estar integrados, trabalhando, se inserindo no mercado de trabalho, convivendo, conversando e discutindo naturalmente com outras pessoas,

A minha fala, portanto, é sobre a importância da educação inclusiva para todos. Essa pandemia, infelizmente, veio mostrar que isso não está acontecendo da maneira como todos nós desejamos e como está previsto na Lei Brasileira de Inclusão – LBI. Nós percebemos, e ficou escancarada, como vão falar os nossos outros colegas, a falta de material e a falta de estrutura que ainda acontece.

Eu tenho 57 anos e há 50 anos eu frequentei uma escola que apresentava dificuldades estruturais e, após todo esse tempo, ainda ouço de mães e de crianças que não elas conseguem estudar, que não conseguem frequentar uma escola. Cinquenta anos depois! Eu acho que isso é inconcebível na nossa sociedade de 2021. É inconcebível ainda encontrar crianças fora da escola ou escutar alguém falar que a escola tem que ser especial e exclusiva. Não! Ela tem que ser inclusiva. É impossível pensar em crianças que estejam fora da escola regular.

Eu não consigo imaginar isso, eu não consigo pensar na minha história de vida sem ter estudado com outras pessoas que eram, digamos, não deficientes. Hoje, quando eu encontro essas pessoas na rua, todos se lembram de mim como aluna, como amiga e eu tenho certeza de que muitos, que se tornaram empresários e promotores de empregos, consideram a contratação de pessoas com deficiência. Conviver com o diferente é imprescindível para que a sociedade, no futuro, se torne realmente inclusiva. Nós precisamos respeitar o diferente e

conviver com ele.

Eu espero que esta audiência resolva essa questão pela qual tanta gente luta e que eu tanto lutei por 50 anos, que é a inclusão da pessoa com deficiência, seja na escola, seja no trabalho, seja na vida social como um todo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Sandra. É importante sua fala, pois nós lutamos muito por esse objetivo, que é o alcance dessa intersetorialidade, o diálogo entre as Secretarias da Educação, da Saúde, da Assistência Social e dos Direitos Humanos, para que haja, de fato a inclusão escolar.

Agora eu vou chamar a Sra. Maria Dias, mãe e participante do Conselho de Inclusão. Só peço que os oradores respeitem o tempo de três a cinco minutos para que todos possam falar, pois é importante que todos ouçam e falem a fim de sairmos daqui hoje com ações concretas em prol de implementações de políticas públicas.

Tem a palavra.

A SRA. MARIA DIAS – Boa tarde. Meu nome é Maria Dias e eu sou assistente social, membro do Conselho de Inclusão, do gabinete do Vereador Celso, e mãe de uma criança com deficiência, o Gabriel, que tem 11 anos e é estudante da rede municipal numa escola regular.

Eu acho que antes de falarmos da deficiência, nós temos que olhar a criança como um aluno, como um ser integral, em cuja educação precisa estar contemplado tudo o que ele precisa para ter o ingresso na escola como um direito, o direito à inserção, a garantia de entrar e permanecer na escola. Não adianta a criança ser matriculada numa escola e ela não ter o suporte adequado para recebê-lo.

As pessoas costumam enxergar a criança com deficiência como com ser doente, como um ser que necessita de um suporte de saúde, mas o aluno com deficiência é apenas um ser com limitações, um ser diferente. Muitas vezes ele pode ter alguma questão de saúde, mas isso não é um caso absoluto para todas as crianças com deficiência.

Então, além do material adaptado que ele precisa para ingressar, para estar na escola, ele precisa também ter um suporte e, principalmente, olhando-o como um ser integral, um suporte intersetorial. Precisamos olhar mais para esse aluno como um ser que precisa desse suporte. Ele precisa de uma cadeira de rodas para se sentar, ter uma postura adequada na escola, ter a tecnologia assistiva que ele precisa ter para acessar a escola e também, na hora do brincar, ele precisa ter um brinquedo, um parque adaptado para que ele possa brincar também na hora do brincar.

Ele precisa ter um suporte dentro da sala de aula e na hora do brincar, na hora da refeição uma pessoa para dar o suporte. Na hora do brincar ele não vai ao parquinho apenas para olhar os outros brincarem. Ele também tem de ser incluído no brincar da escola.

Venho dizer, como conhecedora da vivência - não sei se tem alguma pesquisa sobre isso -, mas no meu cotidiano, posso dizer que a criança que tem acesso à educação e também aos equipamentos de esporte, equipamentos de reabilitação, equipamentos culturais, com certeza, essa criança vai ter um melhor desempenho com melhor desenvolvimento na escola.

Então, temos de começar a ver a pessoa com deficiência no aspecto da educação, mas, antes disso, ele é um ser integral. Então, a escola junto com as outras secretarias têm de olhar essa criança considerando tudo, todos os equipamentos que ele deve ter acesso e fazer esse trabalho em conjunto.

Como Assistente Social, veio a mim um caso de uma mãe que leva criança à escola só que, durante a aula, a criança precisa tomar uma medicação. Só que a escola se recusa a medicar a criança no horário de aula. O que a mãe faz para criança não perder o acesso à escola? A mãe tem de sair de casa todos os dias para levar a medicação para escola. Então, são algumas coisas assim, alguns detalhes que muitas vezes a escola não dá importância e aí por um motivo desse que a mãe, de repente, não leva a criança mais à escola, porque ela vai ter de ter esse compromisso. Durante o horário de aula, a criança é de responsabilidade da escola.

Então, eu queria reforçar isso. Sei que o tempo é curto. Tem muita coisa para falar. São muitas demandas na questão da Saúde, da escola, da Assistência Social, mas eu vou deixar aqui a minha contribuição. Agradeço o espaço.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Maria, pela sua contribuição, pela sua participação efetiva também no Conselho de Inclusão.

Gostaria de anunciar a presença da Vereadora Cris Monteiro.

Passo a palavra para a Rosemary Vicari, participante também do Conselho de Inclusão.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. ROSEMARY VICARI – Sr. Presidente, agradeço a participação nesta audiência que vai falar, especificamente, sobre a questão da inclusão e escolarização.

Deixe-me apresentar. Sou Rosemary, tenho formação em fonoaudiologia, em pedagogia e em educação especial. Atualmente trabalho como fonoaudióloga na rede privada e como professora de educação especial na rede municipal de ensino. Já trabalhei no Cefai, já trabalhei com pedagogia hospitalar. Então, trabalho com crianças doentes, crianças impossibilitadas de frequentar a escola e crianças com deficiência há muito tempo.

A interface entre a saúde e educação, como sou também fonoaudióloga, também é um caminho, um trilho que eu sempre estou correndo. A minha fala hoje vem com relação, como V.Exa. colocou no começo, da intersectorialidade.

Como atualmente professora responsável pela inclusão na escola, penso que o mais importante é a gente perceber que inclusão não pode ser responsabilidade somente de um sujeito. Então, porque essa escola tem um professor de AEE, tem um serviço do Cefai apoiando a escola, então, quando acontece alguma ocorrência,... (Falha na transmissão). Não, isso não é inclusão.

A inclusão é quando você envolve toda a comunidade escolar, quando você percebe em todos a participação para a educação integral deste aluno dentro da Unidade Escolar. Então, desde o pessoal da merenda, o pessoal da gestão, o pessoal do transporte,

então, todos eles devem estar envolvidos no atendimento desse aluno com deficiência dentro da escola. Aí, sim, eu posso pensar em uma inclusão que possa ser efetiva.

Enquanto inclusão, as questões envolvendo a aprendizagem do aluno se carregarem somente em cima do professor, ela não vai ter sucesso. Então, é nessa perspectiva que eu venho apontar, hoje, nesta audiência, a importância da intersetorialidade.

Apesar desta audiência pública falar sobre inclusão, a inclusão escolar, não cabe somente à escola e à Secretaria de Educação responder pela inclusão dessa criança. A escola é o primeiro espaço social dessa criança, mas a criança com deficiência, o aluno com deficiência é um cidadão e ele tem direito a frequentar todos os serviços (falha na transmissão) Secretarias diversas oferecem. É isso que vai constituir nele um cidadão social pleno de direitos, com garantia de desenvolvimento pleno. É isto que a escola quer: que o garoto se desenvolva plenamente. Como a Maria falou, o desenvolvimento integral desse aluno.

Então, temos de unir forças para que todas as Secretarias possam elaborar planos articulados. Essa palavra, para mim, também é muito importante, porque não adianta nada ter um professor de AEE na escola trabalhando na sala e não se articular com a gestão, com a professora da sala regular, não se articular com os diferentes serviços que acontecem dentro da escola regular.

É exatamente pela falta de articulação, pela falta de colaboração e que hoje muitos pais falam: “Acho que era melhor uma sala especial”. Por quê? Porque falta articulação. Então, temos de defender essa questão muito importante dentro da escola, ampliando agora e falando especificamente sobre Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, então, ampliando essa questão da atuação do professor de AEE dentro da escola porque ele é o profissional especialista nessa questão. Então, vamos ampliar para que ele não atue somente com o aluno, porque quem tem de responder no final do bimestre pelas notas, pela avaliação, pela aprendizagem do aluno é o professor da sala regular. Então, esse professor de AEE tem de se articular com o professor da sala regular. Para isso, ele tem de ampliar o seu trabalho dentro da escola, tem de ter um trabalho colaborativo não somente no contraturno, mas

também no turno de aula desse aluno.

Então, a estrutura da educação especial deveria ser repensada, reavaliada para que realmente não atendêssemos somente o aluno no contraturno e atendesse também de forma colaborativa, até porque a Portaria que define a atuação do professor de AEE utiliza, no Artigo 42 e em mais de seis artigos, sobre as funções do professor de AEE, a palavra articulação, em colaboração, juntamente com a gestão, nos diferentes tempos e espaços. Então, é função do professor de AEE se articular e ampliar esses serviços para que não só ele atenda na sala de recursos, mas também possibilite o apoio ao professor, o apoio à gestão e atenda com mais eficácia esse aluno com deficiência.

Para finalizar, a fala da Maria, a criança que detém problemas de desenvolvimento em função da deficiência intelectual, do autismo, atraso no desenvolvimento ou mesmo crianças com deficiências físicas, paralisia cerebral, elas necessitam de avaliação contínua, de avaliação dos serviços de saúde.

É muito tranquilo e fácil fazer o diagnóstico. Digo, fácil, por favor, perdoem-me, mas é mais organizado o diagnóstico de uma criança com deficiência física, com deficiência visual, com deficiência auditiva. Porém, quando se trata de crianças com deficiência intelectual e com autismo, o diagnóstico demora um pouquinho mais, para, e, aí, como é que ficamos na Educação? Porque precisamos desses diagnósticos para clarear melhor e até para garantir direitos dessas crianças. Então, eu peço a colaboração da Secretaria de Saúde da Secretaria de Assistência Social para se articularem melhor com relação a essa questão da assistência específica dos alunos com deficiência.

Bom, o que eu teria de colocar, a princípio, seria isso. Coloco-me à disposição e agradeço muito pela oportunidade, porque eu acredito muito na equipe de Educadores da Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação. Desculpem-me, mas os profissionais são em números insuficientes. Precisaria haver mais Professores de AEE nas escolas, precisaria ampliar a carga horária desses Professores a fim de atenderem os alunos no turno e no contraturno, a fim de termos mais eficiência no atendimento a esses alunos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Rosemary. Obrigado por suas contribuições.

Gostaria de passar a palavra agora para a educadora, supervisora da rede Municipal Luciene Cavalcante.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE - Boa tarde a todas e a todos.

Na pessoa do Vereador Celso Giannazi cumprimento toda a Mesa.

Antes de tudo, quero agradecer ao Vereador Celso Giannazi por ter feito a propositura desta audiência pública, que vem discutir o direito à educação, a garantia do direito à educação dos nossos estudantes com deficiência, na pandemia e a necessidade de termos como princípio norteador uma intersectorialidade para que haja, de fato, o acesso desses nossos estudantes ao direito à educação. Então, eu quero agradecer.

Eu sou Luciene, sou supervisora da rede municipal hoje. Tenho 21 anos de magistério de rede pública municipal, e participo do Conselho de Inclusão Escolar do mandato do Vereador Celso Giannazi, e faço a militância em defesa do direito à educação de todas as pessoas, sobretudo das pessoas com deficiência.

E quero chamar a atenção aqui e corroborar com as falas que me antecederam da Maria, da Sandra, da Rosemary, e dizer que realmente nós precisamos ter um aumento de funcionários, de RH nas escolas com relação ao atendimento das crianças com deficiência. Essa é uma luta que nós estamos enfrentando há muito tempo. E é muito importante que toquemos e falemos neste ponto, neste assunto da necessidade de termos uma rede de apoio maior para ampliar um acesso maior de nossos alunos ao currículo.

Com relação a isso, eu queria deixar uma pergunta um pouco mais específica para nossa Secretária-Adjunta de Educação com relação à implementação do AEE Colaborativo, porque é uma ação política prevista dentro das políticas de inclusão, e nós temos uma demanda para que ele aconteça em mais escolas. Então, como a SME tem visto esses pedidos e, quando for possível, o retorno às aulas após a pandemia, que tenha um planejamento

específico com relação ao AEE. E a outra parte que eu queria colocar aqui, é reforçar a questão de nós termos esse princípio norteador, porque hoje nós estamos aqui com representantes de várias Secretarias, e para um aluno nosso que está em uma situação de vulnerabilidade social, que está em uma questão financeira... Por exemplo, para essa criança que tem deficiência, para ela acessar o currículo, ela precisa ter acesso a um computador, ela precisa ter um *tablet*. Esse *tablet* precisa ter internet. Esse *tablet*, por exemplo, vai permitir não apenas que esse estudante tenha acesso às aulas, mas, também acesso às telemedicinas, porque muitas crianças não têm tido acesso às telemedicinas porque não têm o computador, não têm acesso à internet. E isso tem causado um prejuízo muito grande para as nossas crianças e também para essas famílias, porque essas famílias também precisam de cuidado, de atenção neste momento de pandemia. As famílias das pessoas com deficiência estão sofrendo muito. Nós temos relatos de mães desesperadas que se sentem angustiadas porque não conseguem garantir os direitos do seu filho. E elas chegam até a pensar em suicídio tamanha a gravidade desse sentimento que essa família vem enfrentando.

Então, quando nós pensamos em fazer políticas públicas para as pessoas com deficiência, para os nossos estudantes na pandemia, esse princípio da intersetorialidade, de ações integradas é fundamental, porque se aquela família não tiver condições de acessar a internet, de ter um *chip*, de quem vai ficar com essa criança, com esse estudante, se ele precisa de um cuidado maior. Se antes a família, essa mãe - porque, sobretudo, são as mulheres que são as responsáveis por essa questão do cuidado na nossa sociedade -, se antes ela podia trabalhar, porque essa criança estava no atendimento presencial, agora ela não pode mais. Então, há de se ter também políticas de subsídios específicos para essas famílias, subsídios financeiros.

Uma outra questão também que mostra a importância da intersetorialidade, por exemplo, se aquela criança, no momento da pandemia, se os recursos que são oferecidos àquela criança, se os recursos da telemedicina não são suficientes, se ela não consegue ter aquilo que ela precisa, ela vai precisar de um atendimento presencial. Se a rua dela não for

asfaltada, o Atende não entra. Então, essa mãe terá de carregar essa criança, como vemos em inúmeras vezes, por ruas muito difíceis. Então, eu quero agradecer muito a presença hoje de todos os Secretários, do Ministério Público, da Defensoria Pública, porque realmente nós sabemos que a pandemia aumentou as desigualdades sociais e essas desigualdades geraram um processo maior de discriminação, que é histórico em nosso país e, sobretudo, para as pessoas com deficiência.

Então, o sentido de fazermos esta audiência aqui é para fazermos o chamado dessa importância. E eu queria propor também, aproveitando a presença dos Secretários, do Ministério Público e da Defensoria Pública, construirmos um grupo de trabalho para o acompanhamento desses mecanismos que vão garantir transparência e articulação na formulação e na implementação de políticas públicas para as pessoas com deficiência, durante a pandemia, para que possamos também colaborar, acompanhar e ajudar na concretização desse princípio, que é um princípio constitucional que está na LBI, na Lei Brasileira de Inclusão.

Então, essa é a minha participação e queria agradecer muito a presença de todos e dizer que estamos muito ansiosos e esperamos que, a partir de hoje, possamos ampliar ainda mais a possibilidade de diálogo em defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Obrigada, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Luciene Cavalcante. Muito boa a sua fala, a sua contribuição. E agradeço mesmo e faço coro com a sua fala de agradecimento pela presença de todas as Secretarias aqui envolvidas, do Ministério Público e da Defensoria Pública, porque juntos acho que conseguiremos construir esse grupo de atuação, de acompanhamento das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência.

Obrigado, Luciene Cavalcante.

Passarei a palavra agora para a Adriana Godoy, porque havia caído a conexão dela. Então, agora tem a palavra Adriana Godoy.

A SRA. ADRIANA GODOY - Boa tarde a todos. O meu nome é Adriana Godoy.

Sou mulher de pele clara, cabelos curtos e grisalhos, estou de óculos, brincos vermelhos, camisa azul e estou, aqui, sentada à frente mesmo, com o rosto bem à frente do celular.

Agradeço a palavra e corroboro tudo o que foi dito. E também acho importantíssima a atuação de todas essas Secretarias que aqui se fazem presentes.

Eu sou mãe de dois jovens. O meu segundo filho é autista nível 2, de suporte. Ele tem 18 anos. Nós usamos os serviços do SUS para o atendimento de saúde especializado em autismo. E o único equipamento do SUS, na cidade de São Paulo, que é especializado em autismo, que é o Centro Marcos Mercadante, ali da Vila Mariana. E também o Vítor foi estudante da rede municipal. E, sem dúvidas, nós, de alguma forma, vivemos esse processo todo intersetorial que está sendo colocado aqui.

E gostaria de dar uma atenção a vários..., vou procurar ser breve, mas o nosso próprio Decreto 6.949, salienta a importância de que a maioria das pessoas com deficiência vivem em condições de pobreza, temos de pensar nisso. E reconhece a necessidade de lidarmos com esse impacto negativo sobre as pessoas com deficiência.

Então a vulnerabilidade da pessoa com deficiência já é reconhecida pela Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência. Como disse a Luciene, o agravamento dessa situação e o impacto que tem na vida, na saúde dessa família em todos os âmbitos é profundo. Então quando falamos de uma família que não tem acesso ao Atende porque a rua não é asfaltada, essa atenção do decreto e da Convenção já estão sendo feridos. Acho que é muito gritante.

Vou falar da minha vivência com a pessoa autista, que é uma das populações mais excluídas da história da nossa sociedade humana. E se formos parar para pensar nesse sentido, no Brasil, só com a Lei 12.764 é que conseguimos nos equiparar, sermos reconhecidos, o meu filho, seus pares e as nossas famílias terem os mesmos direitos da pessoa com deficiência. E aí então começa todo um trabalho, um chamamento para a inclusão dessa pessoa.

Agora, quando temos históricos, por exemplo, de uma família que não tem acesso à

Educação, significa que a política intersetorial que está garantida na Convenção Internacional, que está garantida na nossa Lei 12.764, que está garantida na Lei Brasileira de Inclusão, está garantida na Nota Técnica nº 24, de 2013, do MEC, que é para a implementação da inclusão escolar da pessoa autista, que é garantida na política de atenção e tratamento, quando temos um adolescente, por exemplo, como é o caso que temos recebido e peço a atenção especial aqui para a Assistência Social nesse sentido.

O lugar onde fazemos o tratamento, participei de uma *live* com a Rosane Lowenthal, ela fez um apelo porque tem recebido várias solicitações de internações de adolescentes, internações clínicas para hospitais psiquiátricos emitidos pela própria família. Por quê? Esses alunos, essas pessoas sequer têm acesso à Educação. Estamos falando de uma população que nem chegou a usufruir dos seus direitos, que é o sistema completo do atendimento educacional especializado. Então ela clamou o chamamento da nossa Assistência Social do Município de São Paulo, porque ainda replicamos uma barreira seríssima que é de não implementar as ações necessárias para garantir que as pessoas tenham acesso aos seus direitos.

Então quando vamos conversar com esses acessos a pergunta sempre vem: onde está a queixa? A queixa é generalizada, já não é mais pontual, é fundamental que a política intersetorial faça o mapeamento dessa população que está fora. A vulnerabilidade no quesito que diz respeito a própria condição dessa família, se tem uma renda mínima, se consegue ter direito à alimentação, se tem moradia. E não só nessa perspectiva, mas a tudo o que envolve a Educação Inclusiva, ao acesso à Educação e a garantia para o tratamento que vai ser encaminhado, muitos serviços de reabilitação são fornecidos pela Secretaria de Assistência Social, são equipamentos de Assistência Social.

Então a implementação, o fortalecimento desses espaços para inclusão da pessoa autista, da pessoa adulta autista, envelhecem em suas casas e morrem por ócio. É urgente o acesso à Educação, porque essa população já adulta, 20, 30 anos, que são autistas, que estão em suas casas, têm direito à Educação de Jovens e Adultos. Os nossos programas de

Educação não envolvem essas implementações, quando vamos fazer uma reclamação ou uma solicitação do serviço, a Assistência Social coloca para a própria Saúde que esse não é um assunto da Assistência Social.

Essa reclamação, falo aqui em nome da Rosane Lowenthal, que é Coordenadora do Centro de Tratamento Especializado em Autismo Marcos Mercadante, que fez um apelo em uma live da qual participei, para a Semana de Conscientização Pelo Autismo, na cidade de São Paulo, uma live referente a recente política municipal. Então, agora, é responsabilidade da nossa Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência o fluxo dessas ações.

Entretanto, sabemos do desafio, se as outras secretarias não tiverem um compromisso sério em garantir o acesso ao tratamento, à reabilitação, à implementação, à Educação, acessibilidade comunicacional, acessibilidade instrumental, acessibilidade metodológica, cometeremos uma das barreiras mais graves que, inclusive, já está delimitada na nossa Convenção, que é a não implementação e acesso aos direitos, às políticas públicas e às redes de serviço.

Então corroboro a fala de todas as pessoas, entendo os esforços que têm de ser em caráter de urgência e coletivos. E estendo minhas observações específicas à população autista, e sem dúvida a toda e qualquer pessoa com deficiência que não tenha acesso aos seus direitos e o direito à vida.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Adriana, pelas suas contribuições importantíssimas.

Vou passar agora para os componentes da Abraça, Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas. Tem a palavra a Sra. Luciana Viegas, da Abraça, membra da União Brasileira de Mulheres e articuladora do Movimento Vidas Negras com Deficiência Importam.

A SRA. LUCIANA VIEGAS – Muito obrigada. É sempre uma honra estar aqui junto com meu companheiro, camarada de organização, o Willian, e ouvindo algumas falas. Fiquei

muito feliz e contemplada.

Gostaria de chamar a atenção... (Falha na transmissão) ...Sou mãe de um garoto autista, sou autista também e sou membra da Abraça. E ouvi algumas pessoas fazendo algumas falas que me contemplaram bastante. E aqui vou falar um pouco da presença de uma pessoa preta, com deficiência e de uma pessoa preta dentro de um ambiente escolar, porque apesar de acharmos que Educação Inclusiva não tem nada a ver com as pessoas pretas, eu discordo um pouco disso. Sou Professora também e trato a Educação Inclusiva de uma maneira bem, pensando na Educação Inclusiva de uma maneira geral, como podemos derrubar barreiras, tal qual a Convenção diz.

Então quais barreiras podemos derrubar para que aquela aprendizagem seja garantida em sala de aula. Uma dessas questões que falo e que tenho muita honra em poder dizer, é que durante muito tempo trabalhei como Professora de Educação de Apoio Pedagógico e em uma das salas, não vou lembrar quem exatamente, mas uma pessoa falou assim: não é só responsabilidade do professor, também não, mas o acolhimento precisa vir verdadeiramente de dentro da escola também.

Obviamente sabemos dos processos de políticas públicas e por isso que nós, ativistas, lutamos. A Dri está aqui, é outra pessoa que luta bastante pelo direito das pessoas autistas, as pessoas com deficiência, mas precisamos pensar também no ponto de vista de derrubar o “capacitismo” que está dentro de cada um de nós para poder falar sobre isso e debater e que mais pessoas, mais professores de outras áreas, não necessariamente precisam trabalhar com Educação Especial, tenham interesse em entender que Educação Inclusiva é bom para todo mundo e não é só para as pessoas com deficiência. É sobretudo para as pessoas com deficiência.

Então quando falamos em garantir políticas públicas estamos falando também de justiça social. Estamos falando de uma Educação que possibilita, porque afinal, qual é o papel de fato da Educação, qual é o papel de fato da escola dentro desse processo. E aí é importante entendermos esse contexto, porque aí conseguimos entender a necessidade, a urgência de

garantir essas políticas públicas, para que as pessoas com deficiência se sintam cada vez mais incluídas dentro dos espaços públicos.

Uma das coisas bacanas para entendermos é olhar para a Educação Inclusiva como ela está posta hoje, de fato, vamos enfrentar muitas barreiras porque é nova. A Lei de Educação Inclusiva é basicamente um bebê, posta em prática. Então é muito tentativa e erro, é muito tentativa e acerto, mas isso não define tudo. Isso não define, não significa que vamos começar a pensar de um ponto de vista eugenista – eu diria aqui – até de que as pessoas com deficiência precisam de escolas diferenciadas, porque aí estamos partindo para um ponto de vista que pessoa não pode conviver com pessoa. E aí fico com medo, se a escola não está preparada para lidar com uma pessoa com deficiência, a escola também não está preparada para lidar com pessoas pretas, com pessoas pobres.

A escola não contempla todas essas realidades porque infelizmente esse modelo escolar que está posto contempla quem? Essa é a minha pergunta. Então a ideia é separar mesmo as pessoas? A gente vai seguir a lógica de que: “Ah, é necessário ter escolas especializadas para crianças com deficiência”? É uma lógica eugenista, com a qual não concordo.

Enquanto mãe de um garoto autista, eu não entendo que escolas especializadas são necessidade urgente. A gente precisa aprender a lidar com pessoas com deficiência, a gente precisa aprender a acolhê-las, a falar da deficiência de um ponto de vista mais diverso; e isso só acontece com a vivência.

Também é importante lembrar que a escola regular também não está incluindo pessoas pretas, porque a maior parte das pessoas pretas e periféricas não estão sendo alfabetizadas. Então, quando se fala de educação inclusiva, que a escola especializada é necessidade, é do ponto de vista do quê? O que sobra para nós, então? É contra isso que a gente luta.

A gente luta para que as pessoas com deficiência sejam reconhecidas dentro das suas diversidades e potencialidades, e que as pessoas entendam que a deficiência faz parte

da diversidade humana, tal qual a convicção de direito das pessoas com deficiência diz:

A nossa luta é para que o meu filho, um garoto negro, de quatro anos, estudante da rede pública, tenha acolhimento dentro desses espaços. Ele é um garoto negro e autista. Então, a gente luta para que a escola garanta esse acesso, essa possibilidade, não só para o meu filho que é autista e é não oralizado, mas para outras crianças que virão.

Na minha época, a educação inclusiva não existia e eu não tinha diagnóstica. Então eu ficava dentro da escola passando por processos de violência sem saber o que estava acontecendo comigo: se era discriminação, se era capacitismo, se era racismo, eu não sabia o que era. Por isso, entender que a educação inclusiva não é só para as pessoas com deficiência, mas é fundamental para o todo. A educação inclusiva é sobre todas as pessoas, é sobre possibilitar encontros dentro da escola. É como professora utópica que falo e encerro a minha fala.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Sra. Luciana. É muito importante a sua fala, a sua contribuição, e esse trabalho que vocês fazem da Abraça.

Tem a palavra o Sr. Willian Silva, da Abraça Estadual, que participou de várias políticas públicas na Câmara Municipal.

O SR. WILLIAN SILVA – Quero iniciar prestando uma pequena homenagem ao Vereador Eli Corrêa, que antes de tudo é também radialista, e cravando um “Oi gente”.

Brincadeiras à parte, quero agradecer o convite do Vereador Celso Giannazi e de sua equipe.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Perdemos conexão com o Willian. Vamos fazer o seguinte: a gente retorna na sequência com o Willian, porque a conexão caiu.

Tem a palavra o Deputado Estadual Carlos Giannazi, membro titular da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Um grande educador que milita muito na área da educação e dos enfrentamentos das crianças com deficiência.

O SR. CARLOS GIANNAZI – Boa noite, Vereador Celso Giannazi. Eu quero parabenizar todos pela participação nesta audiência pública importante: as pessoas com deficiências, as pessoas que representam as organizações, os Secretários, as Secretárias. Parabenizar a presença muito importante da Defensoria Pública, na pessoa da Dra. Renata Tibiriçá, do Ministério Público Estadual; o Geduc, na pessoa do Promotor João Paulo.

E a Câmara Municipal é uma caixa de ressonância da sociedade, que representa toda a diversidade da cidade de São Paulo. Então é muito importante que seja realizada esta audiência pública no sentido de ouvir. Audiência pública é para ouvir, e nós estamos ouvindo falas, intervenções altamente qualificadas e pertinentes, e eu estou inclusive aprendendo. É importante nesse momento as pessoas com deficiência.

O Brasil tem uma legislação até avançada do ponto de vista da inclusão, desde a Declaração de Salamanca, em 1994, que foi incorporada na nossa legislação; a aprovação da LDB, em 1996. Antes disso, até a Constituição de 88, no seu capítulo da educação já falava da questão da inclusão; e nós fomos avançando do ponto de vista da legislação, também da produção de políticas públicas na área.

Porém, não se trata muito de produzir mais legislação, mas no sentido de fazer com que ela seja cumprida. É lógico que a gente tem que aprovar mais leis, aperfeiçoar a legislação existente, mas eu acho que uma das grandes tarefas desse movimento é fazer cumprir a lei; por isso que esta audiência pública é muito importante, principalmente nesse momento tão difícil que nós estamos atravessando: de um lado a pandemia, que revela as desigualdades sociais e educacionais do Brasil e marginaliza amplos setores sociais, principalmente na área da educação ; e, na educação, se nós já tínhamos um setor que era excluído, o setor importante das pessoas com deficiência, essa exclusão é acentuada ainda mais nesse momento.

Então, eu acho que uma das funções da audiência pública é tentar formular políticas e proteger as pessoas com deficiência nesse momento, não só na área da educação, mas nas outras áreas.

Também fazendo um movimento de resistência, eu tenho medo porque nós vivemos a pandemia, mas tem um pandemônio político: nós estamos vivendo muitos ataques à legislação e às políticas construídas de inclusão. Nós temos um Governo Federal de extrema-direita que se declara contra e tenta sabotar o tempo todo as políticas públicas na área da inclusão. Então nós temos a tarefa de fazer a contensão desses ataques que estão vindo a todo momento, o Governo Federal tenta minar essa luta histórica das pessoas com deficiência no Brasil. Mas, sobretudo, eu acho que neste encontro nós temos que formular políticas de proteção não só na área da educação.

Nós estamos acompanhando as pessoas com deficiência sendo mais excluídas ainda do que já eram. E eu falo isso não só como Deputado da Comissão de Educação, mas como Diretor de escola pública, como Professor; eu sei como funciona essa exclusão. Então uma das tarefas é tirar propostas concretas ao final, fazendo encaminhamentos nesse sentido.

— Não vou falar muito porque eu quero ouvir. Estou numa reunião, mas estou ligado em vocês, porque é importante dar voz para às pessoas com deficiência na audiência pública.

Parabéns pela iniciativa, Vereador Celso Giannazi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado pela sua participação, pela sua contribuição.

Sr. Willian conseguiu restabelecer a conexão? Retorno a palavra ao Sr. Willian.

O SR. WILLIAN SILVA – Naquele momento, eu tinha feito uma pequena homenagem ao Vereador e radialista Eli Correia. De vez em quando, eu acompanho o programa dele e acompanhei programas de outros comunicadores, como: Gil Gomes, o Kaká Siqueira, entre outros.

Mas sem mais delongas, para não fugir do foco, eu quero cumprimentando todos os presentes, em especial o Vereador Celso Giannazi, o Deputado Carlos Giannazi, o Vereador Eduardo Suplicy, que nos acompanha; a Professora Luciene, a Sra. Sandra Ramalhos, a Secretária Silvia Grecco, o Secretário Adjunto Vinicius Schaefer.

Quero pegar o gancho e fazer um complemento com relação à fala da Sra. Luciana. Vou me ater a falar da questão da educação inclusiva e de um plano de vida para as pessoas autistas que vivem em São Paulo.

Vou começar falando de algumas atuações do MP, aproveitando a presença do Dr. Faustinoni representando a Geduc. Atualmente eu trabalho no CAO Cível, da área de pessoa com deficiência; trabalho com a Dra. Sandra Massud, e gostaria de mencionar algumas ações que o Centro de Apoio Operacional Cível implementou com relação a essa questão da educação inclusiva.

O CAO Cível entra com *amicus curiae* na ADIN que foi feita contra o Decreto 10.502, que é aquele decreto horroroso da educação especial, e o MP, através do CAO Cível, também atuou junto às diretorias regionais de ensino do estado e as instituições de ensino para cobrar uma implementação mais efetiva da educação inclusiva.

Ontem mesmo eu estava até tendo uma conversa no privado com um seguidor nas redes sociais falando a respeito disso. Ele até citou algumas experiências que ele teve no passado, de quando ele estudava numa escola privada. Ele teve um colega com deficiência visual que ele não conseguia interagir no ambiente, ele foi mandado para uma escola especial. Segundo ele, ele teria melhorado. Lógico, isso falando de uma experiência que aconteceu há mais de dez anos, porque, hoje, em plena década e 2020, em pleno ano de 2021, nós não podemos pensar em educação inclusiva se nós não pensarmos também em outros quesitos, como comunicação alternativa, currículo adaptado, acessibilidade – que, dentro da comunidade autista, é um tema que ainda é pouco discutido, mas é um tema vital, principalmente a acessibilidade na parte sensorial –, o acesso ao mercado de trabalho, ao ensino superior, porque o meu público-alvo, na verdade, são os autistas que estão na idade adulta – sobretudo, grupos sociais marginalizados, dos quais eu procuro ser aliado também.

Não temos apenas homens autistas. Há um padrão completamente falacioso a respeito da comunidade autista de que o autismo seja uma condição exclusivamente infantil e atrelada a crianças do sexo masculino e brancas. Como a Luciana bem lembrou, pessoas

autistas pretas existem, como esse que vos fala, e a Luciana, que me antecedeu; mulheres autistas, como é o caso da Luciana, também existem; autistas pertencentes à comunidade LGBT – esses ainda mais marginalizados ainda, porque têm o seu direito de autorreconhecimento negado. Então precisamos também nos atentar a essas outras questões. Nós precisamos falar também da criação de redes de apoio e de amparo a autistas vítimas de violência, sobretudo, autistas que foram vítimas de violência dentro de suas próprias famílias. Ou seja, quem deveria ser responsável por proteger, por cuidar, acaba menosprezando e abandonando à própria sorte. E não são raras as denúncias, os apelos às demandas que eu recebo a respeito dessas questões.

Aliás, tentamos emplacar essas questões com o substitutivo ao PL 586, no passado. Infelizmente, a Casa Civil acabou nos puxando o “tapetico”, nos dando uma rasteira, e acabou preservando grande parte do texto original que alteramos, depois de muita luta e de muita batalha. Foi um texto que apresentamos junto com o mandato do Celso na Câmara Municipal foi aprovado nos dois turnos, e a Casa Civil acabou tendo a infelicidade, acabou cometendo a desfaçatez de nos dar esse golpe. Mas vamos batalhar para incluir esses itens que foram suprimidos do texto que entrou em vigor – essa questão do emprego apoiado, as redes de violência, a questão do cadastro, a criação de políticas baseadas também em recortes de gênero, raça e de orientação sexual, entre outras coisas.

Como o tema é educação inclusiva, e como eu havia falado, nós, da Abraça, fizemos incidência também com relação ao PL 10.502 e com relação ao PL 3.803, que agora está sendo ressuscitado – é o PL que foi apresentado pelo falecido Senador Major Olímpio, do PSL de São Paulo, e cria uma política nacional de educação especial pautada na questão da educação inclusiva. Mas, lendo o projeto, vai constatar que não tem nada de educação inclusiva, porque eles acabam abrindo brecha para os lobbys das clínicas-escolas.

O que são clínicas-escolas? São como se fossem semi-manicômios. Aí eu me pergunto: o que uma pessoa com deficiência, sobretudo, uma pessoa com deficiência intelectual, uma deficiência psicossocial, vai aprender dentro de uma clínica escola? Será que

ela vai aprender alguma profissão? Ela vai ter um conteúdo curricular dentro de uma clínica-escola toda adaptada? Ela vai interagir com outras crianças? Não. Ela, provavelmente, depois dos 18 anos, vai sair sem aprender nada e fazendo apenas atividades recreativas. E pior: nós não estamos nos preocupando em resolver o problema da inclusão de pessoas com deficiência nas escolas a partir da raiz. E a raiz qual é: toda uma estrutura social opressora que foi feita majoritariamente para a pessoa sem deficiência alguma. Nós precisamos pensar na acessibilidade, em conscientização, porque nós temos que lembrar também dos casos de *bullying* que acontecem dentro das escolas.

Eu fui alvo disso também na infância e na adolescência. Eu estudei a vida inteira em escola estadual – fiz o ensino fundamental e médio em escola estadual. Foi sempre em sala de aula regular. Então, no meu tempo a discussão até existia, mas não tem essa força que tem hoje – já falando também com base em relato da experiência pessoal.

Então nós precisamos pensar nisso: conscientizar a comunidade escolar, orientar os pais, treinar os professores, as trabalhadoras e trabalhadores da educação, para que lidem conosco, para que atendam as nossas demandas.

Precisamos aumentar a quantidade de AEEs na rede municipal e também na rede estadual, já aproveitando a presença do Professor. Giannazi. Precisamos pensar em plano de carreira para os AEEs. E mais do que isso: nós precisamos pensar em ensinar as futuras gerações a valorizarem e a respeitarem a diversidade desde o berço, desde cedo. Porque se afastamos a criança e o adolescente com deficiência do convívio com os outros estudantes sem deficiência, como é que vamos saber lidar? Como é que eles vão saber lidar, no futuro, com situações envolvendo capacitismo e psicofobia? Não vai adiantar nada absolutamente nada. Temos é que criar coragem.

Como sociedade, e eu sinto que é uma responsabilidade que eu assumo também, que eu assumi mais há mais de cinco anos, desde que eu me tornei ativista pela neurodiversidade, assumi essa responsabilidade como conselheiro participativo da Subprefeitura da Sé, e também como militante do Setorial de Pessoas com Deficiência do

PSOL de São Paulo, que eu faço questão de enaltecer também.

A Sandra é a minha colega, a minha companheira lá no setorial também. E eu estou lá também ajudando na parte de comunicação visual.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Willian, peço que você vá concluindo, para que outras pessoas também possam contribuir com suas falas. A sua fala é importante, mas eu pediria que você fosse concluindo também, por favor.

O SR. WILLIAN SILVA – Só para concluir.

Como eu falei, eu assumi essa responsabilidade, assim como vários outros autistas ativistas pela neurodiversidade assumiram essa responsabilidade. E, lógico, vem o ônus, porque muitas companheiras e companheiros estão sendo atacados nas redes sociais por correrem esses riscos, por darem a cara à tapa para defender pautas como a educação inclusiva, a questão dos direitos sexuais e reprodutivos e assemelhados.

Lógico, eles vão atacar em vão, porque nós vamos lutar para que a nossa educação – sobretudo, a educação pública – seja inclusiva, para que as outras crianças respeitem, para que os outros estudantes respeitem os estudantes com deficiência, saibam de fato acolher. Não é escondendo, não é isolando a pessoa com deficiência que nós vamos resolver o problema do capacitismo, e, sim, enfrentando o problema de frente. Sabe, no mano a mano, como usamos no jargão popular, indo na chinha, removendo as barreiras. Ouvir, sobretudo. Focar na narrativa em primeira pessoa, que é o passo inicial para podermos resolver esse problema do capacitismo e da falta de acessibilidade. Ouvir as pessoas com deficiência, colocá-las como protagonistas, e não apenas como acessórios.

Bom, por hora, é isso que eu tinha para falar. Qualquer outra questão que eu for colocar, eu posso colocar depois, ao final do nosso evento. E aproveito também para fazer um convite.

Logo mais, às oito da noite, a Luciana vai fazer uma *live* no Instagram – depois ela poderá falar mais a respeito dessa *live*. Vão estar com ela o Jota Marques e a Gabi Guedes. Mas eu acho que ela pode falar melhor a respeito disso.

E quero deixar desde já o convite para que todo mundo vá até o Instagram da Lu e assista, aprenda com ela. Logo mais, às oito da noite.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) - Muito obrigado, Willian, pela sua participação, pelas suas contribuições importantíssimas.

Deixe-me passar a palavra para a Secretária Silvia Grecco, da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. Ontem, tivemos reunião com a Secretária Silvia, foi aniversário dela e eu falei que ela iria comemorar o título do seu time, mas não deu certo. O nosso time, não é, Secretária? Mas fica para a próxima.

- Risos.

A SRA. SILVIA GRECCO – Boa noite a todos e a todas. Quero cumprimentar o Vereador Celso, e dizer que não só eu como também a Secretária Berenice, que está presente, e o senhor, não ficamos muito felizes porque não teve o título. Na verdade, tem uma justificativa, não veio no meu aniversário porque teve prorrogação, foi noutro dia. Vamos tentar justificar o injustificável, não é? (Risos) Mas vamos lá porque a nossa causa é de todos os times, de todas as pessoas.

Quero cumprimentar, na pessoa da Sandra Ramalho, os membros do Conselho de Inclusão Escolar. Fiquei muito feliz de participar da reunião e conhecer o trabalho de vocês, achei muito importante esse trabalho efetivo ligado ao seu gabinete, no espaço da Câmara Municipal.

A audiência pública é importante, é um instrumento de democratização. Essa democracia participativa contribui para aprimorarmos todos os trabalhos do poder público. Eu, como Secretária da Pessoa Com Deficiência, sempre tenho pensado em abrir as portas para a sociedade civil organizada, para o terceiro setor, para todas as entidades possíveis para que possamos formar o nosso Plano de Ação Articulada.

Ouvi tantas falas de todo mundo, dizendo a respeito da intersetorialidade, então esse trabalho que estamos pretendendo fazer na Secretaria, juntando todas as demais

secretarias, que já possuem trabalho relacionado às pessoas com deficiência, nós precisamos participar com todos os demais secretários, com as outras pastas para podermos não só opinar, mas participar efetivamente das políticas públicas da cidade de São Paulo.

Então, esse planejamento estratégico, esse Plano de Ação Articulada está sendo desenvolvido e vai ser também discutido com a sociedade civil porque incluir é educar igual, é dar oportunidade igual a todos. Temos de pensar na justiça social, pensar na ponta, na periferia, nos lugares de maior vulnerabilidade social, eles precisam de muito mais atenção do poder público. Eu vejo que são muitos os desafios.

Fico feliz com a presença do Ministério Público aqui, na pessoa do Dr. João Paulo, e da Defensoria, da querida Dra. Renata. Temos de falar também da questão da judicialização porque demonstra a desigualdade nos atendimentos.

Eu ficaria horas ouvindo todas as pessoas que me antecederam falando a respeito de todas as questões. Gostaria de ficar horas conversando com o Willian, com a Rosemary, aliás, com todos porque todos trouxeram conteúdos importantes para elaboração de políticas públicas para a cidade de São Paulo. Então, quando a gente vê que existe essa judicialização, nós pensamos nas desigualdades que há nos atendimentos.

Hoje, especialmente, o tema é para falar da escola inclusiva. Sou uma batalhadora por isso, não consigo pensar no retrocesso que seria pensar em escola especial. Nós temos de falar de socialização, de inclusão verdadeira, e é importante construirmos uma luta pela educação inclusiva verdadeira, através de materiais didáticos, através de oportunidades.

Hoje, em relação à pandemia, a tecnologia assistida é primordial. Não basta ter internet – que é recurso precário principalmente quanto à questão de lugares mais vulneráveis da nossa Cidade. Pensamos sempre em incluir, incluir e, de repente, nós vemos os nossos alunos, e quando falo de alunos não podemos falar de alunos com deficiência, temos de ver como um todo porque antes da deficiência vem a pessoa, todos têm direitos iguais, é uma questão de sujeito de direito. Temos de ter esse olhar para eles, de igualdade com o todo.

Então, nós percebemos – e eu posso falar disso até com propriedade, sou mãe de

uma criança com duas deficiências, do Nicolas, que é cego e autista – eu tive dificuldades mesmo tendo tanto acesso a recursos quanto podendo buscar até parcerias para essa exclusão que houve devido à pandemia. E nós assim, como pessoas, sentimos na questão emocional e muitos na questão econômica. Então, fico imaginando a ponta, imaginando aqueles que não têm recursos ou qualquer acesso, e que voltam para dentro de casa. Quando em uma das falas eu ouvi falarem a respeito de suicídio, isso é uma realidade. Existem estudos a respeito de mães, principalmente com filhos com autismo, que foram para o suicídio. Elas pedem socorro.

Então, o ambiente escolar está lá para educar, está lá para poder ensinar, mas temos também de pensar, quando se fala de Assistência Social da Secretaria da Pessoa com Deficiência, no acolhimento dessa família, na orientação a essa família. Esse é um tema que me deixa muito entusiasmada, eu sou entusiasta desse tema.

Quero deixar esta minha contribuição, sei que não temos muito tempo, e também dizer que a Secretaria da Pessoa com Deficiência está com as portas abertas para continuarmos com essa discussão, continuarmos nesse espaço democrático onde se possa ouvir a todos porque realmente não existe nada sobre nós sem nós. Nós precisamos ouvir as pessoas com deficiências, precisamos ouvir as instituições que cuidam de pessoas com deficiência, nós precisamos dar respaldo aos educadores. E quando falo de educadores também falo de todos, como já foi dito pela Rosemary, pensando em todas as pessoas que trabalham no ambiente escolar, é preciso capacitá-los, cada vez mais dar cursos de formação para que possam ter ainda mais, porque o amor pela causa e o amor pela educação nós sabemos que os professores têm.

Eu acho que a pedagogia do amor é o ponto principal, no geral, quando se fala em Educação. Percebemos que as pessoas que trabalham com educação inclusiva tentam ainda mais se reinventar com os materiais pedagógicos, como atender cada aluno que tem a sua especificidade. Então, precisamos parabenizar a todos da Educação, que não têm medido esforços para que todos os alunos da rede pública, estadual, municipal, e falo sim dos

educadores de sala de aula, o empenho que têm feito, eles precisam de apoio para poder, neste momento de pandemia, incluir as crianças com e sem deficiência, com equidade, com oportunidades para todos, com respeito e com amor à causa. Isso é essencial.

Obrigada, Vereador, parabênizo todos os demais Vereadores que estão participando desta audiência. Assim que puderem, gostaria de recebê-los em meu gabinete para que possamos falar de políticas públicas efetivas na área da pessoa com deficiência da cidade de São Paulo. É um desafio gigantesco que recebi do Prefeito Bruno Covas quando assumi a Secretaria, mas eu tenho a certeza de que não vou conseguir fazer nada sozinha. Se eu tiver o apoio, o respaldo de pessoas que estão ligadas à causa, dos ativistas da causa, assim como eu sou, poderemos fazer quatro anos de uma gestão acolhedora.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) - Obrigado, Secretária Silvia. É importante a fala da senhora e a sua presença, porque já falei com a Secretária que apesar de a Secretaria da Deficiência não ser secretaria fim, é uma secretaria muito importante. E para a concretização, a efetivação de uma política pública, tem de ter uma secretaria que tenha orçamento próprio, que tenha direcionamento do Executivo para que tenhamos, de fato, a implementação de políticas públicas. Então, é a gente briga por isso, lutar por isso para que a Secretaria tenha, de fato, atuação. Muito obrigado.

Deixa-me passar a palavra para o Secretário Adjunto da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, Vinicius Schaefer. Boa noite, muito obrigado pela presença, Vinicius.

O SR. VINÍCIUS SCHAEFER – Todos conseguem me ver?

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) - Isso.

O SR. VINICIUS ALVES SCHAEFER – Que bom. Então, quem quiser me ver pode fixar a tela, procurem onde eu estou. Eu não tenho voz, quem está fazendo a minha tradução é o Marciel, intérprete. Posso começar?

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) - Pode começar.

O SR. VINICIUS ALVES SCHAEFER – Primeiro, vou me autodescrever. Eu tenho

a pele branca, ao fundo tem uma parede preta, meus cabelos são curtos e estou vestindo uma camiseta branca. Estou muito feliz e emocionado.

Gostaria de parabenizar a importância deste momento de fala que todos trouxeram, que contribuíram bastante para esta audiência acontecer. Quero parabenizar o Vereador Celso, os demais secretários que estão participando deste momento democrático, que é importante para a sociedade civil, e parabenizar pela acessibilidade que este evento oferece.

Como a Secretária Silvia já fez sua fala, eu concordo plenamente com o que ela disse e vou complementar somente com uma experiência, algo que aconteceu comigo.

Eu nasci surdo e tive muita dificuldade e muitos problemas no período da escola também. Alguns professores não sabiam como lidar. Hoje, a gente fala de educação inclusiva num debate maravilhoso, mas não é fácil saber que muitas pessoas sofreram também por falta de apoio e suporte.

Cada um tem uma opinião e a resposta sobre tudo isso que está acontecendo é muito importante. Nós acreditamos que junto conseguiremos avançar muito em políticas públicas. O diálogo é muito importante, é importante que as pessoas tenham voz. E, por fim, as pessoas precisam fazer com que isso aconteça. A política pública não tem que ficar somente no papel. Nós temos de unir forças e acompanhar as experiências.

Eu sou professor há 18 anos. Trabalhei com alunos cegos e tive uma experiência muito incrível. Como eu me comunicaria com ele? Como ele iria aprender Libras. Foi uma experiência maravilhosa, trabalhamos por gestos, por comunicação tátil e assim eu consegui o meu primeiro desafio.

Eu sei que cada professor tem uma dificuldade. Acreditamos que ainda faltam algumas formações, como a Secretária já havia colocado. Eu percebo que não é tão simples assim. A pessoa pega o certificado e às vezes para ali, mas precisa se atualizar, essa atualização precisa acontecer todos os dias na carreira da pessoa. Por isso que a fala de cada pessoa aqui é muito importante.

O que necessita? Qual é o dever de todos na inclusão? É fazer com que todos os

direitos sejam garantidos, de todos os alunos com deficiência. Para os surdos ainda tem um problema muito sério, que é a barreira de comunicação. Em algumas escolas ainda faltam intérpretes, ainda tem uma dificuldade muito grande. A mesma dificuldade de o professor receber um aluno com o qual ele não tem uma experiência, não tem um contato, ele não sabe como trabalhar com ele, não foi preparado para isso.

Mas com certeza num futuro próximo tudo isso... A Secretária Silvia já disse aqui, a Secretaria está com as portas abertas e nós, juntos, conseguiremos avançar por águas mais profundas.

Eu quero agradecer a todos vocês esse momento de fala, essa oportunidade. Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Secretário Vinicius. Muito obrigado. É importante a sua fala e a gente conta muito com a sua atuação junto à Secretária Silvia na Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência para que as políticas públicas da pessoa com deficiência sejam implementadas na cidade de São Paulo. Muito obrigado.

Eu estou vendo o Vereador Eli Corrêa que saiu da sala, está no carro. Quer fazer uma saudação agora, Vereador Eli Corrêa?

O SR. ELI CORRÊA – Vereador Giannazi, o que eu aprendi e estou aprendendo, já que estamos falando em educação inclusiva, sinceramente, eu tenho de cumprimentar o senhor pela iniciativa dessa audiência que está sendo muito proveitosa, me ensinando. A partir de hoje eu serei, de fato, outra pessoa, empenhada tanto como vereador como radialista em lutar pela inclusão dessas pessoas que conhecem uma dificuldade tão grande e uma necessidade enorme de fazermos uma política realmente inclusiva.

Vereador Giannazi, parabéns por essa audiência. Eu estou de certa forma feliz por participar, e um tanto triste por ver tantas necessidades que não são atendidas pelas nossas autoridades. Mas quem sabe a partir de agora a coisa possa começar a mudar, não é, Vereador?

Muito obrigado. Boa noite a todos. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Vereador Eli Corrêa. A gente conta muito com o nobre Vereador para aprovação das políticas públicas para pessoas com deficiência, porque nós temos projetos tramitando na Câmara Municipal e é muito importante essa participação.

O SR. ELI CORRÊA – Com toda certeza, Vereador Giannazi, eu estarei apoiando todas as iniciativas. Diante de tudo isso que estou ouvindo e ainda vou ouvir, sei que posso fazer pelo menos um pouquinho que seja, que vai ajudar creio que bastante na execução de várias políticas realmente inclusivas.

Um abraço, Vereador. E continuo aqui na audiência.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Vereador.

Eu vi também o Vereador Suplicy, também está aqui, estava na sala. (Pausa). Eu volto depois.

Vou seguir a lista, passar para a Secretária Adjunta Minéa Paschoaleto Fratelli, da Secretaria Municipal de Educação. Obrigado pela presença, Secretária.

A SRA. MINÉA PASCHOALETO FRATELLI – Eu que agradeço, Vereador Celso Giannazi. Na sua pessoa cumprimento todos os demais, todos os secretários e secretárias presentes, meus parceiros.

Quero dizer da felicidade de participar de uma reunião tão importante, que trata de um tema que é um dos conceitos norteadores do currículo da Cidade, educação inclusiva que foi desenhada a partir do desenho universal que pensa a escola para todos, não só para as crianças com deficiência, não só para crianças em situação de vulnerabilidade. Cada sujeito é um sujeito e, como serviço público, como escola pública, a gente tem de atender a todos na sua especificidade. Por isso eu acho muito importante esse tipo de discussão, Vereador. Que a gente possa ter outros espaços.

Eu não quero me alongar. Já que a escola pública foi o tema da nossa discussão, eu queria saber se a nossa diretora da educação especial pode falar, Vereador, agora, ou o senhor pode abrir para ela um pouco depois, para explicar um pouco das ações que a

Secretaria de Educação já vem fazendo, neste momento de pandemia especialmente, para atender as nossas crianças com deficiência.

Aí o senhor só me fala se é agora ou se ela fala depois dos outros secretários, porque ela está aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Está ótimo. Acho que depois dos outros secretários, Secretária, e até da provocação que fez a educadora Luciene Cavalcante, até de a gente amadurecer a questão do AEE colaborativo, que é importante que a gente discuta isso também, Secretária.

A SRA. MINÉA PASCHOALETO FRATELLI – Sim, sim. Acho que Cristiane pode falar um pouco disso também. A gente tem uma legislação que prevê esse tipo de atendimento. Tudo é um processo, não é, Vereador? A gente tem aprendido muito, a pandemia nos trouxe novos desafios não para as crianças, para o atendimento das crianças com deficiência, mas para todos os outros. E eu penso que espaços como este, que nos provocam essa discussão, também são importantes para que a gente construa outras soluções para a educação.

Eu aguardo os outros colegas falarem para que a Cristiane possa apresentar um pouco. E aí, Vereador, a hora que você falar, ela já está aqui na reunião, está bem?

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Está ótimo. Obrigado, Secretária.

A SRA. MINÉA PASCHOALETO FRATELLI – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Vou chamar a Sra. Berenice Giannella, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Obrigado pela presença, Secretária.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Boa noite, Vereador Celso Giannazi. Boa noite aos outros vereadores que estão aqui, meus colegas secretários. Vou continuar mandando saudações alviverdes porque a gente é Palmeiras na vitória ou na derrota.

Esse tema é absolutamente importante para a Cidade. Nós temos, na SMADS, serviços que são tipificados, então a gente sempre tem um pouco de dificuldade de pensar fora da caixinha, porque a gente trabalha com serviços tipificados. Temos, na Cidade, os Núcleos

de Assistência Integral às Pessoas com Deficiência – NAIPDs, em que os equipamentos são divididos por idade, com as atividades que eles podem fazer no contraturno escolar e podem receber o atendimento por parte da nossa Secretaria.

Em relação aos adultos, a novidade que nós tivemos no ano passado e que estamos lutando para implementar neste ano é o Centro-Dia para a pessoa com deficiência. Nós já tínhamos o Centro-Dia de idosos na Capital e tipificamos no Comas, no ano passado, o Centro-Dia para pessoas com deficiência.

O que vai possibilitar que a família que tem uma pessoa com deficiência em casa, a pessoa que cuida dessa pessoa possa sair para trabalhar, deixar a pessoa com deficiência nesses centro-dia, vá trabalhar tranquila. É uma maneira também de a gente cuidar de quem cuida. A gente está planejando agora a implementação de três centro neste ano. Vamos ver se conseguimos fazer.

Também, na medida que vamos inaugurando novos locais, vamos retirando as pessoas com deficiência dos centros de acolhimento de adultos e colocando em locais mais específicos, com conforto maior, com uma equipe mais bem treinada para atender essas pessoas.

No mais, os nossos CRASs e CREASs continuam abertos, mesmo na fase vermelha, roxa, emergencial, recebendo todas as denúncias, todos os pleitos em relação a eventuais violações de direitos. E estamos aqui para ajudar a construção dessa política pública tão importante e que sem dúvida alguma, acho que como todas, tem a marca da intersetorialidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Secretária Berenice, pela participação e presença.

Contamos muito com a Assistência Social para que as crianças, de fato, sejam atendidas e incluídas. A gente vê muitas questões da área da Assistência Social sendo encaminhadas para a Educação, que vem fazendo um trabalho que não é dela.

É muito importante essa intersetorialidade, uma vez que a comunicação entre as secretarias é fundamental para a efetivação das políticas públicas.

Muito obrigado pela participação, Secretária.

Na lista há representantes da Secretaria Municipal de Saúde, Dra. Sandra, Dra. Athene. Estão presentes?

A SRA SANDRA MARIA VIEIRA TRISTÃO DE ALMEIDA - Boa noite, tudo bem. É Sandra quem está falando.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Boa noite, Dra. Sandra. Obrigado pela presença.

A SRA SANDRA MARIA VIEIRA TRISTÃO DE ALMEIDA - Estou usando o computador da Paula, depois ela vai falar. Estamos dividindo o mesmo computador.

Quero agradecer a oportunidade, parabenizar pela audiência de um tema extremamente importante, ouvir as falas das pessoas com deficiência trazendo as suas histórias de vida, enquanto a gente tem certeza da importância da inclusão, da necessidade de suporte para que isso aconteça. Trazer para vocês, na verdade, a questão da saúde.

Nós temos organizado as várias ações na forma de uma rede, com base no território. Então a gente tem aí as unidades básicas com áreas de abrangência, onde nessa área de abrangência estão as escolas. Essas equipes têm suporte de equipes multiprofissionais, que têm a responsabilidade e o cuidado por esse trabalho articulado.

Também temos trabalhado bastante para implementação de serviços de reabilitação numa retaguarda para suporte das pessoas que precisam, especialmente as pessoas com deficiência.

Hoje, contamos com 32 CERs - Centros Especializados de Reabilitação, no Município de São Paulo, que trabalham com as pessoas nas diversas modalidades de deficiência, como a física, a auditiva, a intelectual, a visual. Eles têm um papel importante na questão da tecnologia auditiva. A gente tem conseguido disponibilizar muitos aparelhos auditivos, cadeiras de rodas, cadeiras de rodas adaptadas, cadeiras de banho, órteses.

Temos conseguido fazer um trabalho importante com a equipe multiprofissional para que as pessoas tenham o seu processo de reabilitação garantido, assim como um trabalho articulado em rede. É um projeto terapêutico que integra a atenção básica, o serviço de reabilitação e o CAPS quando precisam do serviço de saúde mental.

A gente tem estimulado também a realização de fóruns no território que promovem a aproximação das pessoas, porque se entende que é juntando serviços às pessoas que se consegue trabalhar uma melhor inclusão, maior participação, e assim nós vamos aprimorando os suportes necessários.

Isso tem acontecido. A importância da articulação intersetorial é fundamental.

Acho que trazendo rapidinho... A gente tem no CER o processo de reabilitação, há vários CERs também que têm a atenção das equipes do acompanhante da pessoa com deficiência, que trabalham bastante na questão de ajudar com que as pessoas tenham uma maior autonomia para participar, articular e circular no território, que consigam ter uma melhor qualidade de vida, e as suas necessidades de saúde atendidas.

Acho que é um pouco por aí.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Dra. Sandra.

Eu vou passar para a Dra. Paula Pavan Antônio, do Setor de Saúde Mental, da Secretaria Municipal de Saúde.

A gente tem uma discussão muito grande da necessidade de as crianças acometidas por problemas de saúde mental causados por conta dessa pandemia. É muito importante ouvir da Dra. Paula Pavan quais as ações que a Secretaria Municipal de Saúde está, de fato, implementando para atender essas crianças que estão precisando agora desse atendimento e acolhimento na sua saúde mental, com a pandemia que estamos vivendo.

A SRA. PAULA PAVAN ANTÔNIO - Boa noite Vereadores e Vereadoras, e a todos os presentes, acho que o tema da saúde mental é sempre muito delicado e importante. Estamos sempre juntos com os colegas da Educação, agora, enfrentando um desafio tradicional da pandemia.

Como a Secretária Berenice colocou, a Saúde não parou em nenhum momento, os nossos serviços estão abertos durante toda a pandemia. O atendimento também acontecendo com várias adaptações e protocolos de segurança.

A gente tem o trabalho da rede de saúde mental em rede, como a Dra. Sandra mencionou. Principalmente no atendimento das crianças com TEA e das crianças com deficiência que eventualmente apresentarem comorbidades de sofrimento específico, essas crianças, na nossa rede de atenção psicossocial, são atendidas prioritariamente nos CAPS Infantojuvenis,

Mas a gente tem também outros diversos serviços na rede que acolhem e atendem essas crianças, como os CECCOs, os Centros de Convivência e Cooperativas, como as demais modalidades de CAPS. Como outra pessoa aqui mencionou, afinal, as crianças autistas crescem, seguem tendo necessidades, precisando de cuidados de saúde.

Falando um pouco da nossa rede no Município, hoje a gente conta com 32 CAPS Infantojuvenis, dos quais sete mantém atendimento 24 horas, que chamamos de CAPS III. Os serviços 24 horas atendem crianças e adolescentes com sofrimentos mais agravados em situação de crise. Oferecem algumas camas no serviço para que, intensificando esse cuidado, a gente possa evitar internações hospitalares. A gente pode cuidar com mais intensidade dessas crianças que estiverem passando por uma situação de crise, evitando as internações.

A saúde mental também está muito próxima das escolas do território, então essas equipes do CAPS são multidisciplinares.

Há vários trabalhos super interessantes no território de fóruns de escolas, de articulação das escolas do entorno, de discussão de casos, sempre se colocando à disposição também para o apoio matricial dessas professoras, das coordenadoras pedagógicas, para que a gente possa apoiar essa dimensão tão importante que é a educação, também para os alunos com deficiência, com TEA, principalmente.

Respondendo a sua pergunta do início, a gente tem intensificado bastante as visitas domiciliares, agora que muitas famílias, até pelas restrições de circulação, têm evitado trazer

seus filhos aos serviços. As atividades coletivas também estão suspensas. Nós temos feito visitas, até *lives*, transmissões ao vivo de oficinas, contação de histórias, teleatendimentos, outras estratégias também para a gente atender a nossa população.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Está ótimo. Muito obrigado, pela presença, Dra. Paula.

Eu vi a Vereadora Sonaira, pergunto se quer fazer uma fala, uma saudação.

A SRA. SONAIRA FERNANDES – Oi, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Boa noite, Vereadora Sonaira.

A SRA. SONAIRA FERNANDES – Boa noite a todos, é muito bom participar de uma audiência pública para tratar de um tema tão importante que é a inclusão.

Eu não lembro quem falou, mas eu estava ouvindo algumas falas, alguém comentou que as vezes as pessoas acham que a criança ou o jovem que possui alguma necessidade especial não carece de nenhum tipo de assistência, ela não precisa, porque não vai sentir falta.

É bom esse tipo de audiência quando nós conseguimos esclarecer, pontuar e visualizar um pouco da situação das pessoas. Conseguimos sentir um pouquinho do que passam as pessoas que realmente vivem essa realidade.

Eu estou para contribuir com uma causa tão nobre, uma causa tão importante. As pessoas precisam ser mais bem assistidas, ter acesso que possibilite uma melhor qualidade de vida.

Sou Vereadora de primeiro mandato. Coloco-me também à disposição dos senhores. Aquilo que eu puder contribuir, estarei sempre à disposição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Vereadora Sonaira.

Está presente também a Vereadora Cris Monteiro, que vejo na sala. Também o Vereador Suplicy, que tinha se inscrito. Não sei se estão disponíveis, neste momento.

Se não estiverem, passo a palavra para a Dra. Renata Tibiriçá, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que tem feito uma atuação brilhante na Defensoria, em defesa da causa das pessoas com deficiência. Muito obrigado pela presença. Tem a palavra.

A SRA. RENATA FLORES TIBIRIÇÁ – Obrigada Vereador. Boa noite a todos e a todas

É um prazer participar desta audiência pública. Agradeço o convite, também aproveito para cumprimentar os demais Vereadores e Vereadoras, assim como o Deputado Carlos Giannazi, o Dr. Faustinoni, e as Secretárias Sílvia e Berenice.

Muitas pessoas já falaram a respeito da questão da intersectorialidade, acho que é um dos temas mais importantes relacionados aos direitos das pessoas com deficiência, porque não dá para pensar política pública para as pessoas com deficiência se não pensarmos que essa pessoa vai estar inserida em todas as áreas da sociedade. Então, ela vai estar inserida na escola, mas ela também tem de ter um acompanhamento terapêutico, às vezes, não com a ideia de se normalizar. Acho que o objetivo não é esse e não devemos pensar a deficiência dessa forma, mas sim como a sociedade que precisa eliminar as barreiras para garantir que essa pessoa de fato seja incluída. Entretanto, muitas vezes, ela vai precisar, por uma questão de reabilitação ou mesmo de apoio, ter um acompanhamento terapêutico na área de Saúde. Também, na área de Assistência Social, é extremamente importante – principalmente, no caso que foi trazido aqui, inclusive, sobre as desigualdades sociais.

Neste momento da pandemia, tem muita importância a diferença entre ser uma pessoa que tem todos os equipamentos tecnológicos, a rede de internet para poder assistir às aulas, toda uma estrutura familiar, e, de repente, ser uma pessoa que mora em uma casa de dois ou três cômodos, divididos por mais de 10 pessoas, onde não há espaço nem para se sentar, para poder estudar. Imaginem, ainda, se colocarmos aí a questão da deficiência, que envolve a necessidade de eliminarmos essas barreiras, que já são difíceis de eliminar nas escolas e que se tornam muito mais difíceis de eliminar nesse ambiente virtual.

Então, uma das coisas extremamente importantes é que as pessoas com

deficiência não podem deixar de ter apoio da escola, só porque elas estão em um ambiente virtual. Senão, elas vão ficar, de fato, totalmente excluídas das atividades escolares e não vão ter oportunidade de participar em igualdade de condições com as demais pessoas. Então, se ela tem um profissional de apoio, esse profissional de apoio de alguma forma também tem de garantir esse trabalho. Temos de pensar.

Foi trazida aqui a importância de termos o ensino colaborativo, no sentido que deve ser, de um trabalho entre o professor da sala regular com o professor da sala de AEE, mas de forma que esse aluno não seja de um nem de outro. É dos dois e eles trabalham juntos, buscando garantir, de fato, os apoios para essa criança, seja na sala de recursos, seja na própria sala de aula regular.

Isso tem de ser transposto para o momento do ensino remoto, em que vai haver essas duas oportunidades. Senão, o que acontece? O AEE acaba sendo uma sala especializada e a pessoa fica excluída da escola. Isso não pode acontecer e muitas mães reclamam, com razão, que os filhos recebem certo apoio na sala de recursos, quando a sala de recursos existe, mas, quando eles estão na sala de aula, ficam jogados no fundo da sala. Agora, imaginem isso em um ambiente remoto, com muitos alunos com dificuldade de acesso à internet. Ou seja, não têm internet ou não têm um equipamento adequado para fazer essas atividades.

Pior: quem tem filhos pequenos sabe o quanto está sendo difícil essa tentativa de ensino – que não é um ensino a distância, mas um ensino remoto, porque não pode haver ensino a distância no Ensino Fundamental – e de garantir, de fato, que a criança se implique nessas atividades. A minha filha não tem deficiência. Ela não foi um dia sequer para a escola, desde o início da pandemia, porque temos receio. Eu sou uma pessoa de grupo de risco, por conta de ter doenças raras, e ficamos bastante preocupados por conta das consequências de tudo isso.

Então, é uma equação, também, muito difícil de resolvermos. Se colocarmos, ainda, a deficiência, todas as necessidades e a eliminação das barreiras que precisamos efetivar

nesse ensino *on-line*, fica extremamente desafiador, seja para a criança, seja para a família, seja para os próprios professores. É uma equação que é difícil de resolvermos, porque precisamos garantir a saúde e a vida dos professores. Precisamos garantir, por outro lado, que essas crianças e adolescentes que estão em uma situação de vulnerabilidade – e que são crianças com deficiência, por exemplo – tenham essa possibilidade de retorno para a escola. Assim, é evidente que todas as tentativas de retorno são importantes, mas elas têm de se dar, de fato, com segurança.

Quando falamos em deficiência, ainda, às vezes, temos comorbidades associadas. Então, é uma criança que precisaria ir para o presencial e não consegue ir para o presencial, porque também possui alguma comorbidade que a coloca em risco – e não temos nem perspectiva de vacina para as crianças. Ainda que, depois, os professores possam vir a ser vacinados, quando é que vai chegar o momento de essas crianças que têm alguma comorbidade e correm maior risco para Covid poderem, de fato, voltar para a escola? Precisamos discutir isso.

Não quero me alongar muito, mas aqui se comentou sobre a possibilidade de um grupo institucional. Eu acho interessantíssimo e importante. Já participamos, inclusive, com o MP, com o Dr. Faustinoni, que está aqui. Tivemos um grupo na Secretaria de Estado de Educação. Acho que o resultado a que chegamos lá foi bastante interessante. Eu acho que quando discutimos judicialização, precisamos discutir, também, essas tentativas de soluções extrajudiciais, analisando essas questões que não estão resolvidas, porém, em um ambiente em que estejam participando todos esses atores que participam de um processo judicial. Assim, eu sou realmente entusiasta dessa ideia, de pensarmos em um fórum em que estejam presentes tanto o Poder Público quanto os órgãos de sistema de Justiça, para que possamos tratar dessas questões e verificar onde estão os problemas, o que está acontecendo, o que estão trazendo para as instituições jurídicas e como podemos, então, de fato, resolver todas essas questões.

Eu tenho estudado a questão da judicialização da Educação, para além do meu

trabalho como Defensora Pública. Do ponto de vista acadêmico, faço, inclusive, neste momento, pós-doutorado em Educação Especial na Ufscar. Meu tema de pesquisa é justamente a judicialização. É realmente um prazer poder discutir esta questão e podermos pensar em soluções práticas, de fato, porque não adianta só estudarmos e pensarmos sobre tudo isso, mas acho que temos de tentar entender onde estão os problemas e buscar soluções para isso. Fico, então, à disposição, para, enfim, um possível grupo que possa ser constituído futuramente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Dra. Renata Tibiriçá. Faço, já, um agradecimento e um reconhecimento público da luta que tem sido feita pela Defensoria, na pessoa da Dra. Renata Tibiriçá, da luta que tem sido feita pelo Ministério Público, na pessoa do Dr. João Paulo Faustinoni, que irá falar, e do Dr. Serra Azul, do grupo do Geduc, porque, no momento que estamos vivendo, no Brasil, de retirada de direitos sociais, temos uma luz, um amparo, como sociedade, em instituições comprometidas com os Direitos Humanos, que são o Ministério Público e a Defensoria. Então, faço um agradecimento, primeiramente, pela presença de vocês, aqui, e por essa luta que travam no dia a dia, na proteção dos direitos sociais e de todos os direitos, mas, principalmente, da dignidade da pessoa humana. Então, muito obrigado, Dra. Renata.

Passo, agora, a palavra para o Dr. João Paulo Faustinoni, Promotor de Justiça do grupo do Geduc, do Ministério Público do Estado de São Paulo. Estou vendo o Dr. Daniel Serra Azul, também, agora. Não o tinha visto. Boa noite. Obrigado pela presença, Dr. Daniel. Então, eu passo para o Dr. João Paulo e, depois, para o Dr. Daniel.

O SR. JOÃO PAULO FAUSTINONI E SILVA – Boa noite a todas e a todos. Também vou fazer rapidamente a minha autodescrição. Tenho a pele branca, cabelos curtos grisalhos, barba. Estou vestindo uma camisa meio cinza. Não sei, não aparece muito bem a cor cinza na minha tela. Estou falando de frente para a tela do computador e atrás de mim há uma parede branca e uma porta branca, também.

Quero agradecer o convite e cumprimentar o Vereador Celso Giannazi pela iniciativa. Na sua pessoa, cumprimento as demais Vereadoras e Vereadores. Cumprimento as Secretárias Municipais e os Secretários presentes, também. Cumprimento o Daniel e o Willian, companheiros de Ministério Público, bem como todas e todos os participantes.

Pretendo ser breve, porque eu acho que o principal papel do Ministério Público em audiência pública é compreender e acolher as demandas da população, dos interessados. O Ministério Público tem a função de defesa do regime democrático e do ordenamento jurídico constitucional. Para o Geduc da Capital, é muito claro que fazer a defesa do regime democrático e da Constituição significa a defesa de uma educação que para nós é muito clara. É um direito escolar público, gratuito, laico, democrático, de qualidade e uma escola para todos. Então, a gente até prefere o termo educação para todos porque, quando a gente fala em educação inclusiva, dá impressão de que há dois tipos de educação, quando na verdade a gente entende que nós temos uma escola só e uma educação que deve ser oferecida com qualidade a todas as pessoas.

E sempre lembrando que essa escola, essa educação, tem de ter como focos objetivos da República o que está lá no artigo 3º da Constituição para construir uma sociedade livre, justa, solidária; para promover o bem de todos, sem qualquer preconceito ou discriminação. E essa tem sido a nossa atuação. É claro que dentro do sistema de Justiça o Ministério Público não desenha políticas públicas, não executa o orçamento, o seu papel deve ser democraticamente definido pelo Legislativo e pelo Executivo. Mas nós temos, desde 2011, quando foi criado o Geduc, procurado discutir com os poderes públicos a implementação da legislação que trata da educação para todos, a Lei Brasileira de Inclusão, as normas internacionais, Constituição etc. E embora tenhamos avançado, é sempre importante reconhecer o avanço e acesso principalmente das pessoas com deficiência a escola regular, fica evidente as disputas que nós temos com a população nessas audiências públicas que ainda há muito a ser feito.

Eu queria só destacar um ponto que acho que ficou muito evidenciado nessa

audiência pública, e já era também uma demanda nossa e, aliás, uma demanda normalizada pelo Vereador Celso Giannazi e pelo Deputado Carlos Giannazi também, a quem cumprimento também, dessa questão da atuação intersetorial. Isso nós, desde o ano 2001, quando foi proposta uma ação civil pública pelo Ministério Público para garantia de direito das pessoas com diagnóstico de transtorno do espectro autista, apesar da decisão de procedência, nós verificamos como é difícil a articulação entre as Secretaria e entre os entes federados. Esse é outro aspecto... (Falha na transmissão) ...e Vereadores presentes na audiência pública porque especialmente, no que diz respeito à educação,... (Falha na transmissão) ...eles podem transitar no sistema Municipal, Estadual, e percebemos que não há comunicação, não há acompanhamento da história escolar desses alunos. Quando mudam de estabelecimento de ensino ou de rede eles praticamente precisam começar todo o processo de plano individual, atendimento educacional especializado e desenvolvimento educacional do zero de novo. Essa é uma questão que precisa ser enfrentada, mas acho que precisamos mesmo falar seriamente, e não só falar, mas procurar a atuação intersetorial. E, entre os entes Federados, que se estabeleça de uma vez por todas redes e fluxos de atendimento que sejam práticos, que sejam eficientes.

Nós ouvimos das famílias, das pessoas com deficiência, a dificuldade que é você conseguir transitar pela Cidade de um serviço a outro. Então, aquele aluno que vai para uma escola pública ele precisa, eventualmente de uma terapia, ele precisa eventualmente de um atendimento da área de saúde, ele precisa de um transporte adequado para que ele possa circular de um serviço a outro. E seria fundamental que as Secretarias e os Governos Municipal e Estadual pensassem de fato em territórios inclusivos. E que aquela pessoa fosse referenciada de verdade em todos aqueles serviços e tivessem uma agenda adequada que atendesse aos interesses dela e da família, retirando obstáculos, que é o ponto central de toda a política pública inclusiva.

Eu acho que esse é o caminho que precisamos trilhar e o Ministério Público também fica à disposição para essas iniciativas de grupos de trabalho, de discussão, de um

comitê de monitoramento. Acho que tem duas coisas aqui, dois momentos que foram tratados, na audiência pública também: a realidade da pandemia, que agravou ainda mais essa situação, mas há também a construção de uma política pública de médio prazo, permanente, que seja aprimorada para quando a gente superar, o quanto antes possível, essa fase difícil.

Digo ao Vereador Celso Giannazi e ao Deputado Carlos Giannazi que o procurador-geral de Justiça, ao receber o contato de vocês, a representação, já determinou que o Centro de Apoio Operacional realizasse a sua também intersetorialidade dentro do Ministério Público. Nós vamos fazer isso, porque de fato o Geduc tem atribuição apenas na área da Educação. Nós temos procurado também trabalhar em conjunto com a Dra. Sandra, que trabalha na área da pessoa com deficiência, mas também algumas questões relacionadas a direitos de pessoas com deficiências são pulverizadas dentro do Ministério Público e vão merecer agora também uma atenção mais articulada, mais coordenada, porque acho que é disso mesmo que a gente precisa.

Então, queria agradecer. Para nós é sempre muito importante estar próximo das instituições, as instituições democráticas que estão lutando pela preservação de direitos. William já mencionou que, no ano passado, o Ministério Público teve uma grande movimentação pelo decreto Federal que trazia retrocessos na política inclusiva, mas felizmente até o momento houve uma vitória judicial no Supremo Tribunal Federal e espero que possamos avançar.

Passo a palavra ao Daniel, não sei se ele quer acrescentar alguma coisa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Dr. João Paulo. Deixe-me só cumprimentar o Dr. João Paulo, deixe-me fazer também esse reconhecimento que nós acionamos diversas vezes o Ministério Público, através do Geduc, e das reuniões que nós fizemos, nosso mandato e o Deputado Carlos Giannazi. E para nós entendermos um pouco o funcionamento do Ministério Público e essa sugestão, essa provocação do grupo intersetorial também dentro do Ministério Público para acompanhamento. Então, nós fizemos através dessa

conversa com o Dr. João Paulo, com Dr. Daniel Serra Azul, nós tivemos essa conversa com o Geduc e conversamos numa reunião com o procurador geral de Justiça que nos atendeu, foi muito receptivo para criação desse grupo, que acho que vai mesmo de fato ser muito produtivo no acompanhamento das políticas públicas. A cidade de São Paulo só tem a ganhar com essa interação dos grupos.

Gostaria de pedir desculpas ao Dr. Daniel Serra Azul porque está com visual diferente e eu não o reconheci, é um grande promotor que tem uma grande atuação no Ministério Público, no Geduc, na área da Educação e temos conversado muito. Obrigado pela escuta, de vocês estarem aqui ouvindo as pessoas nessa audiência pública. Muito obrigado pela presença.

O SR. DANIEL SERRA AZUL – Eu que agradeço a oportunidade de poder participar de uma discussão tão qualificada, inicialmente, descrevendo a minha aparência. Eu sou um homem de pele clara, cabelos e barba castanhos e compridos, uso uma camisa bege e atrás de mim, no fundo, há uma estante com livros. A fala do João Paulo me contempla completamente, não tenho nada a acrescentar. Então, eu queria só agradecer de estar aqui ouvindo, dando um passo a mais na compressão de uma questão tão importante tendo em vista o volume de demandas que temos no Geduc. Então, na pessoa do Vereador Celso Giannazi, cumprimento todas as pessoas presentes e agradeço a oportunidade, reafirmando nossa total disposição para qualquer contribuição que a gente possa dar dentro das atribuições do Ministério Público. Obrigado, boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado aos Drs. Daniel Serra Azul e João Paulo. Volto a agradecer a presença vocês e a atuação do Ministério Público. Agradeço a Defensoria que estava aqui, representada pela Dra. Renata, às instituições consolidadas nesse momento, de uma grave crise que a gente vive, uma crise sanitária, mas também uma crise social, uma crise política e de termos no Ministério Público e na Defensoria Pública, instituições que visam à preservação dos direitos sociais e da dignidade da pessoa humana. Isso é muito importante. Obrigado pela participação de vocês.

A Secretária Minéa havia falado da Christiane, que estava na sala para fazer uma fala em nome da Secretaria Municipal de Educação em relação à educação inclusiva. Assim, eu gostaria de passar a palavra à Christiane.

A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA – Boa noite. Eu sou a Diretora da Divisão de Educação Especial. Sou uma mulher branca, cabelos claros, loiros. Estou em frente a uma parede bege, com um armário. Ao meu lado está a minha Coordenadora. Quer se apresentar, Daniela?

A SRA. DANIELA HARUMI HIKAWA – Boa noite a todos e todas. Sou a Daniela, Coordenadora da Coordenadoria Pedagógica, da Secretaria Municipal de Educação. Sou uma mulher oriental, com cabelos pretos. Estou vestindo uma blusa preta, usando uma máscara azul; e, ao fundo, há uma parede bege com armário e uma porta branca.

A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA – Então, vamos falar um pouco da nossa política paulistana de educação especial, que vai abranger todos os nossos serviços de apoio, todos aqueles que tratam de eliminação de barreiras e da acessibilidade ao currículo. Temos 19 mil estudantes com deficiência na rede municipal. Temos 13 Centros de Formação e Acompanhando à Inclusão, que chamamos de Cefai's, com 13 respectivas diretorias. Nas diretorias, temos os professores de apoio à Inclusão, que fazem todo o acompanhamento dos estudantes nas unidades educacionais e a formação dos professores, que chamamos de PAEE, que são os Professores de Atendimento Educacional Especializado. Conforme a Supervisora havia comentado sobre o atendimento educacional especializado colaborativo, neste momento de pandemia todos os nossos PAEE, num número aproximado de 430 profissionais, estão trabalhando nesse formato colaborativo, fazendo um trabalho de orientação dos coordenadores pedagógicos, dos professores das salas regulares, dos estudantes e também das famílias envolvidas para acessibilizar atividades pedagógicas e o currículo tanto na Plataforma do Google Classroom como em outras plataformas e recursos utilizados por cada unidade educacional.

Também temos servidores de apoio, que são os AVEs – Auxiliares de Vida Escolar,

que são responsáveis pela locomoção, higiene e alimentação dos estudantes que não têm autonomia. Temos os estagiários, que são formados na Unidade Educacional pelos coordenadores pedagógicos e temos os PAEEs nos Cefai's. Temos reuniões mensais de formação, e eles atuam de forma colaborativa também tanto com o professor da sala regular como com os PAEE.

É importante também destacar o trabalho que estamos realizando no que diz respeito aos materiais de acessibilidade. Ano passado, construímos o *Trilhas de Aprendizagens*, que foi entregue nas casas dos nossos estudantes; fizemos acessibilidade em braille e também em autodescrição e fizemos acessibilidade no material ampliado e em Libras. Neste ano também estamos com o processo de contratação para fazermos acessibilidade do *Currículo da Cidade*, sempre pensando na eliminação de barreiras, em uma educação inclusiva, visando à garantia dos direitos de todos os nossos estudantes. Esse é o nosso grande desafio e a nossa grande luta. Por isso é que estamos sempre pensando em políticas que contribuam com o trabalho dos nossos estudantes com deficiências e também com suas famílias. Nós temos alguns grupos de trabalho que atendem as famílias dos estudantes, principalmente nesse momento de pandemia. Temos também alguns plantões de atendimento às equipes gestoras – via Whatsapp, telefone e plataformas como o Teams. Fizemos também, ano passado, visitas domiciliares aos estudantes com deficiência, um número de quase 4 mil estudantes. Conseguimos acompanhá-los, saber como estavam em termos de saúde mental e em relação aos recursos de acessibilidade. Ofertamos também alguns recursos de acessibilidade para os estudantes em parceria com a SMPED. Fizemos algumas compras de materiais, como engrossadores de escrita, pranchas de comunicações alternativas, jogos acessíveis, *tablets*, colheres adaptadas, planos inclinados; enfim, temos uma lista com uma diversidade de equipamentos que foram entregues para que essas crianças, mesmo estando em um estudo remoto, tivessem condições de acesso ao currículo.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Christiane, deixe-me só fazer uma pergunta. Nós recebemos muitas reclamações e denúncias em nosso mandato, pois

acompanhamos a educação das crianças com deficiência. Você comentou sobre o *Trilhas*, e nos parece que as crianças com deficiências foram abandonadas, colocadas de lado nesse período da pandemia na questão desse material. Eu gostaria de saber o que a Secretaria Municipal de Educação tem hoje de acessibilidade. Refiro-me aos *tablets*, à entrega dos *tablets* também para as crianças com deficiência. Eu gostaria que você falasse um pouco sobre isso.

A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA – Nós iniciamos a entrega de alguns *tablets* durante esta semana. Os *tablets* foram comprados para todos os estudantes e serão entregues em partes, pois há toda uma estratégia de entrega. Então, não focamos apenas nas crianças com deficiência, mas nas crianças com mais vulnerabilidade, que apresentaram, no ano passado, dificuldades no acesso à tecnologia, ao *Classroom*. Temos uma lista desses estudantes que serão contemplados neste momento; e, logo em seguida, os demais estudantes também receberão o *tablet* junto com o *chip*, que dará acesso à internet a todos os estudantes.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Mas nesses *tablets* haverá programas de acessibilidade para as crianças com deficiência? Ou ainda não?

A SRA. DANIELA HARUMI HIKAWA – Boa noite, Vereador. Há alguns recursos previamente instalados de acessibilidade, que foram analisados em conjunto com a equipe, para que o equipamento já chegue ao estudante com os recursos básicos. De modo geral, há algumas deficiências. À medida que forem necessárias inserções de novos aplicativos, aplicativos diferenciados, elas serão feitas conforme a necessidade apontada para a criança ou grupos de crianças.

A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA - Considerando-se a necessidade individual de cada criança, suas necessidades de software mais importantes, para se acessibilizar as atividades e o currículo, conforme já apontei.

A SRA. DANIELA HARUMI HIKAWA - E como a Christiane pontuou, desde o ano passado a orientação por parte da Secretaria Municipal é que o PAEE precisa estar junto com o professor regular para colaborar, para operar nesse modo colaborativo, contribuindo com o

professor regular, com as famílias, com os estudantes nas acessibilidades que são necessárias e específicas de cada uma dessas crianças. Então, a Secretaria, como órgão central, organizou as acessibilidades de modo geral, com orientações e acessibilidade em Libras, tradução em Libras, assim como audiodescrição e ampliação; e outras acessibilidades necessárias foram feitas de modo específico, em cada unidade, conforme as necessidades dos estudantes.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado pela participação de vocês.

A SRA. DANIELA HARUMI HIKAWA – Nós agradecemos a possibilidade de participar dessa audiência pública, que é tão importante. É uma temática muito importante, e estamos abertos a participar do grupo e ter acesso mais fácil com o Ministério Público, com a Defensoria e com o gabinete também.

A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA – A Sra. Daniela poderia deixar o e-mail, para a gente poder entrar em contato no gabinete?

A SRA. DANIELA HARUMI HIKAWA - Claro. Eu coloco no *chat*.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Nós vamos demandar bastante vocês, Christiane e Daniela.

Tem a palavra a Sra. Marília, do Movimento de Síndrome do Down.

A SRA. MARÍLIA - Vocês veem a foto do meu filho, Bernardo?

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Não.

A SRA. MARÍLIA - É uma criança que está com uma blusa laranja.

Eu vou fazer a minha autodescrição. Eu sou uma mulher de 47 anos, loira de cabelo médio e tingido. Eu estou usando óculos. Estou com uma blusa bege com bolas pretas. Eu faço parte de um grupo que se iniciou há quase três meses, de mães de crianças que têm a trissomia do cromossomo 21. Meu filho foi estimulado desde muito cedo, porque falaram que era muito importante a estimulação para crianças, para que ele tivesse essa estimulação de primeira infância.

Uma fala do Dr. João Paulo que eu gostei muito foi sobre a educação para todos.

Eu sempre falei que ele estava na escola porque era uma criança e toda criança tem direito à educação. Ele não estava para ser incluído, mas sim para que, por ser criança, tivesse o direito de estudar lá, e, desde muito cedo, foi para a escola pública, porque eu acreditava no seu desenvolvimento nessa escola, por abranger mais áreas do conhecimento.

Eu tenho duas filhas que estão em escola particular. Eu acho que escola particular vê muitas matérias que são desnecessárias; e eu achava que o seu desenvolvimento na escola pública ia ser melhor, e sempre acreditei muito nisso.

Quando o Bernardo entrou no primeiro ano, na escola, ele vinha da EMEI e foi para a EMEF. Ele continuou na mesma rede e foi assim, totalmente... Deram um salto muito grande. Não foi uma continuidade daquele serviço. Falaram já que, quando se muda de rede... Uma coisa que eu não aceitava era ele estar na mesma rede. Ele estava na rede pública. Na EMEI, ele foi para a rede pública, na EMEF, e deram um salto enorme. O Bernardo nunca foi incluído na EMEI. A escola era incrível, mas ele estava integrado. Ele estava lá como uma criança. Eu entendo que as deficiências físicas são barreiras sim, mas algumas aí, como, por exemplo, uma cadeira de rodas, uma rampa, já satisfaz.

Desculpem-me, mas eu não conheço todas as necessidades; mas quando falam de deficiência intelectual, essa adaptação é muito mais dinâmica, porque, a toda hora, tem que haver um material renovado. Dependendo do aproveitamento da criança, o currículo tem que ser adaptado. Ele foi totalmente excluído na sala de aula pela professora. Ele não fala, porque tem apraxia da fala. Eu pedia para ela: "Professora, me mande, pelo menos, uma música, para poder chegar a casa e retomar com ele". Ela falou para mim: "Mas eu vou ter que mandar bilhete para 30 crianças?" Eu falei: "São 30 crianças que precisam dessa informação. São 30 pais que precisam dessa informação". Então, é uma professora totalmente despreparada.

Inclusive, a gente fez uma pesquisa. De 80 pessoas da zona Norte que responderam, falaram também, pontuaram isso, que são professores despreparados para atenderem a essas crianças.

Fim da história: Bernardo teve que ir para uma escola particular. No caso, a minha

família está conseguindo pagar, mas quantas famílias não podem? Se ele tinha o direito de estar na escola municipal, por que, na escola particular, deu certo, e por que, numa escola pública não deu certo? Eu cheguei a contratar o Cefai, por causa da apraxia. Eu pedi que o seu material tivesse método fônico. Falaram que o método fônico não poderia ser usado na educação. Por isso que eu tenho muito carinho por essa fala de vocês, de integrar os serviços, de haver esse ponto comum dos serviços.

Nós, mães e pais de crianças com deficiência, aprendemos isso nessa intersetorialidade, porque a gente vira mãe, a gente vira enfermeira, a gente vira médico, a gente vira advogado. Tem que conhecer de tudo para cuidar das crianças. Hoje as dificuldades aqui para com ele, nesse ensino *on-line*, a escola foi muito boa. Ele foi realmente incluído. Uma coisa que ele teria direito, na escola, da professora auxiliar, quem teve que ficar com ele aqui em casa fui eu, dedicar 100% do tempo estando com ele na aula, para ver se ele não desviava atenção e porque o seu tempo de atenção era diminuído.

Eu agradeço muito a fala da Dra. Renata Tibiriçá, Defensora Pública. Onde a gente pode procurar ajuda nessas coisas, quando acontece essas intercorrências? Eu fui ao Cefai. Lá falaram: "Mas a gente disponibiliza os cursos, e os professores não são obrigados a fazer". Onde então procurar essa ajuda? Quem é que pode fazer isso? Se o professor não quer fazer um curso para atender a uma criança com deficiência, para atender da forma correta, eu não entendo por que ele está na sala de aula. Eu sempre falei: "Professora, meu filho é capaz de aprender. Você é capaz de ensinar?" Então, esse dinamismo, a vida da gente muda quando há uma criança com trissomia, e a gente aceita. O professor também precisa aceitar essa criança e desenvolver os potenciais dessa criança.

Agradeço muito de poder participar hoje aqui dessa audiência pública. Espero sim que haja essa intersetorialidade e isso não mude, e se consiga haver apoio de fonoaudiólogos e enfermeiros nas escolas, e que isso não mude de uma gestão para outra, porque um Prefeito que é favorável a isso coloca, e outro tira. Então, espero que haja essa segurança, porque são tantas coisas por que a gente passa. Se se conseguisse diminuir um pouco, não é um peso,

mas um pouco essa quantidade de atividades, se o Governo pudesse fazer pela gente, os Parlamentares e essa ajuda da sociedade como um todo, ficaria mais fácil.

Com certeza, vai fazer bem para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Muito obrigado pela sua participação. Você falou uma coisa muito importante, que é se criar uma política de Estado, de atendimento de pessoas, não com uma política de Governo que muda de quatro em quatro anos, mas com uma política permanente, de Estado, que se concretize. É um dos desafios que a gente tem, de implementação de políticas e de legislações que permaneçam, e que efetivamente a política permaneça na cidade de São Paulo.

Tem a palavra a Sra. Cláudia Borges.

A SRA CLÁUDIA BORGES - Boa noite a todos. Vou me descrever. Eu sou uma pessoa de pele branca, cabelos longos castanhos e, ao fundo, há uma parede creme.

O que eu venho aqui salientar? Primeiramente, eu parablenizo a todos por essa audiência. Principalmente me senti muito representada aí na voz de muitos de vocês, inclusive da Dra. Renata Tibiriçá. Foi um dos assuntos que eu vim aqui trazer. Existem muitas mães que são cadeirantes, têm deficiência, e seus filhos precisam das aulas. Eles não têm deficiência, porém os filhos não vão voltar, porque as mães têm deficiência.

E, segundo a LBI, nós somos garantidas nessa questão de priorização da vacinação, só que não fomos vacinados e isso está prejudicando muitas mães cujos filhos não têm deficiência alguma, porém ficam com receio de mandar seus filhos para a escola e esse vírus chegar até ela. Porque muitos de nós temos deficiência com sérias comorbidades e, se pegarmos o vírus, pode ser fatal ou nos deixar com mais sequelas ainda do que já temos.

Segundo, essa questão de volta às aulas, precisa ser muito regulamentada porque muitos alunos com deficiência, eu digo por que trabalho como voluntária numa ONG, sou formada e estudei com a Maria Dias. Sou formada em Serviço Social, passei por vários *bullying*, na época de escola, porque comecei aos 12 anos; tanto que na faculdade, um dia, chegando da aula, estava na cantina, sentei-me à mesa, estava tomando um lanche, quando

duas pessoas chegaram e perguntaram se poderiam sentar-se à mesa. Respondi: “Claro, sem problema.” A primeira pergunta que me fizeram foi: “Nossa, mas você não se sente incomodada de estar num lugar onde todo mundo é diferente de você?” Então, você já sentiu nessa questão que a pessoa estava incomodada por você ser uma deficiente, o que você estava fazendo ali.

Então existe toda uma estrutura cultural que precisa ser mudada, porque além das barreiras arquitetônicas, nós enfrentamos também as barreiras atitudinais que precisam ser mudadas por meio de palestras, de consciência de toda uma população, tanto nas escolas quanto nas faculdades. E existem crianças na periferia que infelizmente, por eu atuar em ONG no Capão Redondo, eu não estou indo à rua porque não posso, já tenho comprometimento de 30% do pulmão devido a minha escoliose, então não posso pegar esse vírus, mas ajudo na captação de verbas para ajudar a ONG e tudo, trabalho nas páginas, que é a Rede Acessibilidade. E o tanto de histórias que recebo para postar, existem crianças que não têm o que comer, como vai pensar em estudar se além da falta de material, ela não tem o que comer em casa.

Estamos vendo uma barreira muito grande que está atrasando todo o progresso da pessoa com deficiência se igualar às demais, porque muitas vezes as pessoas pensam que está tudo igual. Não, gente, não está tudo igual, é só vir e conhecer as periferias, as ocupações. Existe uma desigualdade em nível muito grande, um desnivelamento enorme quanto a isso e é para isso que precisamos olhar. Não é só olhar para aqueles da classe média ou alta, mas olhar também para aqueles que estão lá embaixo, na classe econômica, porque a coisa é feia. A situação é feia, às vezes, nem uma cadeira de rodas, devido às demandas do SUS - a gente sabe que está enfrentando uma pandemia e que está tudo muito demorado -, mas uma cadeira às vezes falta.

Então a desigualdade não só na questão de educação, mas como um todo está comprometendo a todos e quero aproveitar a presença dos nobres Vereadores, do Deputado Carlos Giannazi, para falar que gostaria de ter essa audiência sobre a questão da vacinação.

Eu participo do GT Nacional da Mobilização em prol da vacina ao PCD, eu sou da equipe de Marketing e estou com eles à frente dessa tomada e gostaria de uma audiência quanto a isso. Por quê? Eu sei que existe a questão da pressão da volta da economia, ela precisa girar senão o país não anda, mas também temos de respeitar as leis. Por que alguns estados já estão respeitando a lei da priorização da vacinação ao PCD e aqui nada disso? E nisso, como falei, volto a ressaltar, falo da educação, as mães cadeirantes que têm filhos não cadeirantes, são normais, estão entrando nesse processo: “eu estou me atrasando porque não posso pôr minha mãe em risco”, “eu não posso pôr meu pai em risco”. Essa é uma questão muito ampla para se pensar dessa causa.

Vamos respeitar um pouco mais a LBI, todo o comprometimento com a educação inclusiva e com a pessoa com deficiência.

Quero agradecer muito a oportunidade de estar aqui. A Silvia Grecco é uma pessoa que parablenizo, gosto muito dela, do trabalho dela e de todos os demais, e agradeço a oportunidade de fala.

Boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Cláudia, pela participação. Sua fala é muito importante. Quero dizer a você que fizemos esse debate na Câmara Municipal acerca da priorização das pessoas com deficiência na vacinação, inclusive esta Casa autorizou o Prefeito Bruno Covas a adquirir cinco milhões de doses da vacina – na hora em que puder comprar -, está autorizado. E na discussão dos grupos prioritários, a Bancada do PSOL colocou uma emenda incluindo as pessoas com deficiência como prioridade também. É fundamental que as pessoas com deficiência sejam imunizadas, que estejam, após os profissionais da saúde, obviamente, com os professores, os profissionais da educação. É importantíssima a sua fala e estamos lutando para que se faça essa inclusão das pessoas com deficiência no Programa de Vacinação como prioridade, Cláudia.

Não há mais inscritos, já se passaram três horas e meia de audiência pública. Agradeço muito, mas muito a presença de todos e todas. Apenas gostaria, como fruto desta

audiência pública, porque ela se presta a ouvir as pessoas que vivem os problemas, que têm a vivência no chão da escola, a vivência no dia a dia; são as pessoas, as crianças com deficiência, no caso desta audiência pública. As autoridades, a Defensoria, o Ministério Público foram ouvidos e disso tudo faremos alguns encaminhamentos. O encaminhamento mais importante, foi discutido, há consenso quase que geral, é da criação de um grupo intersetorial, ou de um comitê, na Prefeitura de São Paulo ligando as secretarias envolvidas, que também estiveram aqui presentes, para atendimento do indivíduo no território, como disse o Promotor Dr. João Paulo Faustinoni. As secretarias se articulando para atender esse indivíduo no seu território.

Então sai daqui o compromisso de encaminharmos um ofício ao Prefeito Bruno Covas para que envie estudos e iniciativas para criação desse comitê ou fórum intersetorial dentro da Prefeitura de São Paulo, porque no Ministério Público, como disseram o Dr. Daniel Serra Azul e o Dr. João Paulo, já existe a previsão de fazer esse grupo de estudo.

Por isso fazemos esse encaminhamento, um ofício ao Prefeito Bruno Covas para criação desse grupo intersetorial dentro da Prefeitura de São Paulo e isso vai trazer a política pública – a Dra. Renata Tibiriçá também citou –, ações concretas, efetivas para as pessoas com deficiência, enfim, políticas públicas para atendimento das pessoas com deficiência. Esse é um encaminhamento que fazemos aqui.

Gostaria de agradecer a presença dos meus colegas Vereadores e Vereadoras que estiveram presentes, do Deputado Carlos Giannazi, da Secretária Municipal Adjunta da Educação, Dra. Minéa; da Secretária Berenice; da Dra. Sandra e da Sra. Paula, da Secretaria Municipal de Saúde; da Secretária Silvia Grecco e do Secretário Adjunto Vinicius Schaefer, da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência; da Defensora Pública Renata Tibiriçá; dos nossos Promotores de Justiça do Geduc, grandes guerreiros: Dr. Daniel Serra Azul e Dr. João Paulo Faustinoni. Também agradecer aos representantes do Abraça, do Conselho de Inclusão Escolar, que esteve presente, e de todas as pessoas que participaram efetivamente na escuta, na fala, trazendo a perspectiva das pessoas com deficiência.

Não havendo mais oradores inscritos e nada mais a ser discutido, dou por encerrada a audiência pública. Agradeço, mais uma vez, a presença de todos e todas nesse debate que muito, e muito, acrescenta a nossa luta em defesa de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência.

Obrigado pela presença. Obrigado às pessoas que nos acompanharam pelas redes sociais, pelo canal da Câmara Municipal – muitas pessoas acompanharam pelo Auditórios Online. Obrigado também à assessoria da Comissão de Educação: Rafael e os demais colegas.

Muito obrigado. Boa noite a todos.
